



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação Lato Sensu em Gestão de Projetos Ambientais - Campus Niterói

**Educação Ambiental e Educação Popular: A construção do Projeto Eco-Político-Pedagógico da Classe Popular pré-técnica do bairro Centenário em Duque de Caxias-RJ**

ALESSANDRO SEBASTIÃO VELHO MENDES

Niterói  
Dezembro, 2022

M538e Mendes, Alessandro Sebastião Velho.

Educação Ambiental e Educação Popular: a construção do Projeto Eco-Político-Pedagógico da Classe Popular Pré-técnica do bairro Centenário em Duque de Caxias-RJ / Alessandro Sebastião Velho Mendes. – Niterói, RJ, 2022.

56 p. : il.

Orientação: Etiane Araldi

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão de Projetos Ambientais) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, 2022.

1. Educação Popular. 2. Educação Ambiental. 3. Educação Profissional. 4. Justiça Ambiental. 5. Racismo Ambiental. I. Araldi, Etiane. II. Título

IFRJ/CNIt/Biblioteca

CDU 37:502.1

Ficha catalográfica elaborada por  
Débora Elena Speranza do Nascimento – CRB7 6928

ALESSANDRO SEBASTIÃO VELHO MENDES

**Educação Ambiental e Educação Popular:** A construção do Projeto Eco-Político-Pedagógico da Classe Popular pré-técnica do bairro Centenário em Duque de Caxias-RJ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro Campus Niterói como requisito parcial para a conclusão do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão de Projetos Ambientais.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dra. Etiane Araldi

Niterói  
Dezembro,2022

ALESSANDRO SEBASTIÃO VELHO MENDES

**Educação Ambiental e Educação Popular:** A construção do Projeto Eco-Político-Pedagógico da Classe Popular pré-técnica do bairro Centenário em Duque de Caxias-RJ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a conclusão do Curso Latus Sensus em Gestão de Projetos Ambientais.

Data da Aprovação: Niterói/RJ: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA:

---

Orientadora: Professora Dra. Etiane Araldi – Instituto Federal do Rio de Janeiro

---

Professor Dr. Everson Rach Vargas - Universidade Federal Fluminense

---

Professor Dr. Tauan Nunes Maia - Instituto Federal do Rio de Janeiro

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho aos contribuintes do estado do Rio de Janeiro, financiadores indiretos da minha educação básica ao ensino superior e que contribuem para manter o Instituto Federal do Rio de Janeiro vivo, embora os governantes e alguns parlamentares do nosso estado lutem para diminuir os investimentos no ensino superior, na pós-graduação e na pesquisa, produzindo a miséria cognitiva, a violência e um futuro sem perspectivas positivas. O IFRJ resiste e nós resistimos

juntos!

## **AGRADECIMENTOS**

A minha querida e amada mãe, Elza Velho Mendes, que acordava cedo e dormia tarde para trabalhar, a fim que eu pudesse apenas me dedicar aos estudos. O seu amor e o seu carinho é um ato pedagógico exemplar.

A minha esposa, amiga, pedagoga, diretora de um CIEP no Complexo do Alemão, professora da educação básica da Prefeitura do Rio de Janeiro e companheira de luta - Aline Silva de Miranda, pois contribuiu muito para os debates da Classe Popular do bairro Centenário, além da paciência comigo nos momentos de angústia para concluir este trabalho. Agradeço pelo seu amor e dedicação, pois sem a sua presença e o seu apoio, eu certamente não teria conseguido concluir este curso.

A minha orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso, professora doutora Etiane Araldi, por todos os seus ensinamentos, contribuição e paciência. Ela é o meu principal referencial em ferramentas de gestão participativa e sem as suas reuniões semanais no decorrer da orientação, eu não teria conseguido construir a “oficina participativa”, que ajudou muito os professores da Classe Popular do bairro Centenário a pensar a interdisciplinaridade como um viés para a Educação Ambiental.

Ao apoio permanente da minha irmã, Alessandra Velho Mendes e dos amores do titio Rhayssa Velho e Nicolly Mendes, Alexia Mendes, pois é a minha experiência direta com a infância.

Ao meu saudoso pai Adelman de Jesus Viegas Mendes que veio do Maranhão para conseguir uma vaga de emprego no estado do Rio Janeiro e foi a partir das discussões políticas e debates sobre exôdo rural que comecei a me interessar em Geografia e História do Brasil.

A minha professora de Ética e Cidadania do Colégio Estadual Irineu Marinho - Solange Lopes Alves - ela me tornou um aluno crítico, ainda que as condições fossem adversas, pois moro em um bairro carente da Baixada Fluminense. Ela me incentivou a sonhar que era possível adquirir outros conhecimentos e colocar no horizonte outras oportunidades para além da comunidade, mas sem esquecer as minhas origens.

A minha amiga de turma na graduação, companheira de luta e minha

cunhada, Lana Gomes da Silva, que com suas reflexões colabora com enriquecedores debates pedagógicos e políticos sobre um Brasil mais justo e democrático.

Aos Presidentes da República Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff por sempre defender a educação pública e o desenvolvimento sustentável do nosso amado Brasil.

Ao meu melhor amigo e companheiro Rafael Farias de Souza, pois todas as aflições e conquistas que relatarei neste trabalho contaram com o seu apoio direto. Suas ideias, suas contribuições e suas lutas ainda possuem um potencial transformador para o município de Duque de Caxias, em especial para o bairro Centenário. Consequentemente agradeço a sua mãe Angelina, seu pai Magno e a sua irmã Raquel, pois eles também nos apoiaram nos desafios que enfrentamos nessa longa jornada.

Ao carinho da minha família, na qual não mediram esforços para que eu chegasse até aqui, em especial a minha avó Marli Alves, as minhas tias Márcia Cristina e Mônica Muniz, aos meus tios Eduardo Toledo e Rogério Rodolfo e ao meu sobrinho Edgar Toledo.

Ao meu amigo de toda hora Jailson Santana (Juninho) pela sua amizade e apoio incondicional, ao meu cunhado Bernardo Gomes pelo seu caráter e educação, a minha sogra Raquel Ribeiro por ser uma pessoa espetacular e na qual tenho uma enorme admiração e ao meu sogro Célio pelo exemplo de pai e pela sua militância por uma Palestina Livre.

Aos meus amigos de trabalho: Marcus Vinícius Dantas, Carlos Alberto, André Lyncoln, Filipe Ferreira, Tiago Figueiredo, Fellipe Da Cruz, Everton Luiz e Fillipe Maeta.

Aos meus amigos da 2ª turma de Gestão de Projetos Ambientais do IFRJ, campus de Niterói.

A toda comunidade escolar da Classe Popular do bairro Centenário, da Educafro e do Pré-Vestibular para Negros e Carentes do bairro Centenário, em especial ao meu amigo Alexandre José de Souza e ao Frei David.

Aos professores, alunos e funcionários da Instituto Federal do Rio de Janeiro, campus de Niterói, pois sou muito agradecido e honrado de ter estudado numa instituição pública que é socialmente referenciada, nos seus cursos de graduação e pós-graduação, além de ser uma Instituto comprometido com os problemas e

desafios presentes na realidade educacional brasileira.

Vou falar da minha terra ô ô ô  
Minha fonte de riqueza  
Vou abrir meu coração  
E a história do meu chão vou cantar  
Ai que terra boa de plantar  
Povo bom de trabalhar valente guerreiro  
Que capino ô ô foi carvoeiro  
Construiu um município cem por cento brasileiro  
Depois fabricou motor de avião  
E criou um sindicato modelo de trabalho e união  
Quando o Rio de Janeiro era capital  
Imigrantes estrangeiros vieram pra cá  
E o sonho caxiense se realizou  
Foi preciso emancipar pra melhorar  
Foram leis foram decretos mas a mão do povo  
prevaleceu  
E na velha estação um adeus à Meriti Caxias  
nasceu  
O homem da capa preta o rei da baixada  
Ajudava o nordestino amigo da criançada  
Salve a Igreja do Pilar. Nossa crença, nossa fé  
Joãozinho da Goméia foi o rei do candomblé  
Quero brincar a vontade  
Lembrar com saudade a minha raiz  
Cair na folia no grupo de congo  
Quadrilha e calango eu vou dançar feliz  
Na minha refinaria tem combustível para  
exportação  
Eu sou de Caxias sou pura energia  
Suficiente pra alegrar seu coração  
Bom de bola bom de samba paixão



Com Perácio aprendi a sambar de pé no chão  
E com Zeca Pagodinho deixa a vida me levar  
Eu me chamo Grande Rio e qualquer dia chego lá.  
(Caxias, dos caminhos de passagem ao caminho  
do progresso, um retrato do Brasil, Grande Rio,  
2007).

**Educação Ambiental e Educação Popular:** A construção do Projeto Eco-Político-Pedagógico da Classe Popular pré-técnica do bairro Centenário em Duque de Caxias-RJ

### **Resumo**

O presente trabalho pretende contribuir para a reflexão sobre a construção de um Projeto Eco-Político-Pedagógico, com um viés interdisciplinar para a Educação Ambiental, a partir da experiência da Classe Popular do bairro Centenário da cidade de Duque de Caxias no estado do Rio de Janeiro. Entre os debates sobre pobreza, degradação ambiental e os seus impactos sobre as condições de vida da população do bairro Centenário, pretende qualificar os estudantes para o acesso às escolas técnicas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e também para as universidades públicas. Para tanto, realizamos pesquisa bibliográfica referente à educação pública e educação popular, oficina participativa com os professores da Classe Popular, como campo de pesquisa sobre as narrativas do cotidiano da Classe Popular. O estudo parte de que é preciso construir um projeto alternativo e popular de educação informal na referida comunidade, a partir da análise da exclusão dos jovens nas instituições públicas federais de educação instaladas no município de Duque de Caxias, em consonância com a complexidade dos problemas ambientais que o bairro Centenário vem sofrendo desde a sua formação. Para compreender os processos educacionais, sociais e ambientais, foi necessário também compreender o seu entorno. Deste modo, mergulhamos na história do bairro Centenário, no avanço da desigualdade social, ambiental e cultural na comunidade. Adotamos como suporte teórico-metodológico Paulo Freire, Moacir Gadotti e outros autores que contribuíram com suas reflexões ao longo desse trabalho nos incentivando a pensar a relação existente entre educação, justiça ambiental, racismo ambiental, trabalho e a importância da escola pública.

**Palavras-Chave:** Educação Popular, Educação Ambiental, Educação Profissional,

**Environmental Education and Popular Education: The construction of an Eco-Political-Pedagogical Project for the Popular Class at Centenário neighborhood in Duque de Caxias-RJ**

**Abstract**

The present work describes the construction of an Eco-Political-Pedagogical Project, with an interdisciplinary bias for Environmental Education, based on the experience of the Popular Class in the Centenary neighborhood of the city of Duque de Caxias in the state of Rio de Janeiro. Among the debates on poverty, environmental degradation and its impacts on the living conditions of the population of the Centenário neighborhood, the work intends to qualify students to access technique schools of the Federal Network of Professional, Scientific and Technological Education, and also for public universities. To that end, we conducted a bibliographic research referring to public education and popular education, and a participatory workshop with teachers from the Popular Class as a research field on the narratives of the everyday life of the Popular Class. The study starts from the need to build an alternative and popular project of informal education in that community, recognizing the exclusion of young people in federal public institutions of education installed in the municipality of Duque de Caxias, in line with the complexity of the environmental problems that the Centenário neighborhood has been suffering since its formation. To understand the educational, social and environmental issues, it is also necessary to understand its surroundings. This way, we delve into the history of the Centenário neighborhood, pointing out the advance of social, environmental and cultural inequalities in this community. We adopted as a theoretical-methodological support Paulo Freire, Moacir Gadotti and other authors who contributed with their reflections throughout this work, encouraging us to think about the relationship between education, environmental justice, environmental racism, work and the importance of public education.

**Keywords:** Popular Education, Environmental Education, Professional Education, Environmental Justice, Environmental Racism

### LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1 -</b>	Mapa com a separação dos quatro distritos de Duque de Caxias	<b>19</b>
<b>Figura 2 -</b>	Unidades de Conservação do município de Duque de Caxias	<b>21</b>
<b>Figura 3-</b>	Bacia da Baía de Guanabara e suas sub-bacias.....	<b>23</b>
<b>Figura 4-</b>	Mapa com os bairros de Duque de Caxias.....	<b>28</b>
<b>Figura 5 -</b>	Área de atuação dos participantes da oficina.....	<b>38</b>

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1 -</b>	Unidades de Conservação da cidade de Duque de Caxias	<b>20</b>
<b>Tabela 2 -</b>	Compilação das oficinas.....	<b>41</b>
<b>Tabela 3 -</b>	Comentários dos participantes sobre oficina participativa..	<b>48</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS

<b>APA</b>	Área de Proteção Ambiental
<b>CEFET</b>	Centro Federal de Educação Tecnológica
<b>CEIM</b>	Colégio Estadual Irineu Marinho
<b>CPII</b>	Colégio Pedro II
<b>EDUCAFRO</b>	Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IDH</b>	Índice de Desenvolvimento Humano
<b>IFRJ</b>	Instituto Federal do Rio de Janeiro
<b>MOVA</b>	Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PEPP</b>	Projeto Eco-Político-Pedagógico
<b>PUC-Rio</b>	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
<b>PVNC</b>	Pré-Vestibular para Negros e Carentes
<b>RBJA</b>	Rede Brasileira de Justiça Ambiental

## SUMÁRIO

1. Introdução.....	15
2. Objetivos.....	18
2.1. Objetivo Geral.....	18
2.2. Objetivos específicos.....	19
3. Justificativa.....	19
4. Metodologia.....	24
5. Desenvolvimento.....	26
5.1 Reconstruindo a história do bairro Centenário.....	26
5.2 O curso preparatório Classe Popular Pré-Técnica como estratégia de inserção dos jovens das camadas populares nas escolas técnicas.....	31
5.3 Perspectiva pedagógica e currículo do curso preparatório da Classe Popular Pré-Técnica.....	33
5.4 As oficinas participativas para a construção do PEPP.....	36
6. Conclusão.....	49

7. Referências Bibliográficas.....	51
------------------------------------	----

## 1. INTRODUÇÃO

Em 2008, com a aprovação da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República Luiz Inácio LULA da Silva, iniciou-se um trabalho desenvolvido pelo Governo Federal de expansão da educação profissional no Brasil. No mês de setembro do mesmo ano, um grupo de professores e coordenadores voluntários do Pré-Vestibular para Negros e Carentes do bairro Centenário, vinculado à entidade de lutas pelos direitos da população negra e carente EDUCAFRO<sup>1</sup> (Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes) ligada aos frades franciscanos, que tem como missão à defesa das cotas raciais e a luta pelo acesso à Educação Superior de qualidade para oprimidos dos morros e periferias iniciaram um trabalho de construção coletiva de um curso preparatório, a fim de preparar os jovens para as escolas técnicas que estavam chegando a Duque de Caxias-RJ.

Existia um debate nos movimentos sociais, que a cidade tem um dos principais segmentos industriais na área química, petroquímica, metalúrgica, de gás, plástico, mobiliário, têxtil e vestuário. Contudo, as empresas situadas na cidade importam a mão-de-obra, desperdiçando as habilidades e competências da população caxiense. Devido à falta de política de formação profissional alicerçada tanto na escola como também no aproveitamento dos profissionais formados pelas indústrias locais.

Dessa forma, o grupo de professores voluntários tentou encontrar e construir, junto com os moradores do bairro Centenário, uma saída que seria constantemente discutida e repensada. Paralelamente às reuniões com professores, alunos e coordenadores do Pré-Vestibular Comunitário, gestores do Colégio Estadual Irineu Marinho (CEIM), membros do grêmio estudantil do CEIM, membros da Associação de Moradores do bairro Centenário e alguns jovens, se reuniram para debater as

---

<sup>1</sup> EDUCAFRO é uma Organização Não Governamental vinculada À igreja católica, criadora de cursos pré-vestibulares para negros e carentes. Tem uma grande adesão no Rio de Janeiro e em São Paulo. Essa ONG promove um tipo de política de ação afirmativa brasileira, a fim de facilitar a entrada dos seus estudantes nas universidades públicas e privadas, conseguir bolsas nas universidades privadas e preocupar-se prioritariamente com a educação cidadã dos alunos.



demandas e encaminhamentos.

Essa proposta foi fortalecida com a vinda do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia, para Duque de Caxias no espaço da unidade descentralizada de ensino no antigo CEFET Química de Nilópolis e do Colégio Pedro II, no bairro Centenário. Esse movimento fez com que os professores e coordenadores iniciassem a construção coletiva do curso preparatório Classe Popular Pré-Técnica do bairro Centenário. O curso foi pensado para ser um espaço de educação informal, dialógico, de produção de conhecimento, sem fins lucrativos, pautado no princípio de voluntariado e comprometido com uma análise crítica da relação ensino-aprendizagem e na construção de sociedade mais justa, igualitária, democrática, sustentável e pacífica. Seu formato constitui-se em um espaço proficiente para incorporação da interdisciplinaridade na dimensão da Educação Ambiental, para a capacitação das práticas pedagógicas dos educadores populares e para a formação de educandos críticos e conscientes dos problemas sociais, econômicos, culturais, educacionais, ambientais e políticos da comunidade.

Segundo Brandão (2006), a primeira experiência de educação com as classes populares deu o nome de educação de base como concepção de educação libertadora e, mais tarde, de educação popular. Essa experiência separada da educação pública estatal surge no Brasil no começo da década de 1960. A Educação Popular emergiu como contraponto à ideologia dominante e foi uma proposta cunhada nos movimentos sociais dessa década. Partilhando dessa visão, os indivíduos que participavam da organização do curso preparatório no bairro Centenário fizeram a escolha por preparar os jovens para o mercado de trabalho, mas com um olhar crítico sobre a realidade da sociedade em que estamos inseridos. Citando Paulo Freire:

Não posso ser professor se não percebo cada vez melhor que, por não poder ser neutra, minha prática exige de mim uma definição. Uma tomada de posição. Decisão. Ruptura. Exige de mim que escolha entre isto e aquilo. Não posso ser professor a favor de quem quer que seja e a favor de não importa o quê. Não posso ser professor a favor simplesmente do Homem da Humanidade, frase de uma vaguidade demasiado contraste com a concretude da prática educativa. Sou professor a favor da decência contra o despudor, a favor da liberdade contra o autoritarismo, da autoridade contra licenciosidade, da democracia contra a ditadura de direita ou de esquerda.

Sou professor a favor da luta constante contra qualquer forma de discriminação, contra a dominação econômica dos indivíduos ou das classes sociais. (FREIRE, 1997, p.115).

Desse modo, na perspectiva de construir uma educação libertadora, além de preparar os jovens para as escolas técnicas, a proposta do curso é incentivar toda a comunidade escolar a criar debates sobre temas que lhe sejam relevantes, como respeitar e cuidar da comunidade da vida, da integridade ecológica, da justiça social e econômica e da democracia, criando uma cultura de não violência e paz, além de garantir os direitos adquiridos na Constituição de 1988. Após muitas lutas da classe trabalhadora e da sociedade civil organizada do Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC) conseguimos iniciar o curso preparatório em 2017 desvinculado do PVNC. Esse movimento foi realizado em conjunto com os moradores do bairro, pois eles são sujeitos e não apenas observadores dos projetos educacionais que intencionamos organizar. Essa prática educativa reafirma que por natureza somos seres políticos. As práticas pedagógicas dos professores mostraram o seu posicionamento perante os alunos e à comunidade, a qual determinará se somos educadores progressistas ou conservadores. As nossas ações pedagógicas jamais serão neutras, desprovidas de caráter político, ou melhor, geopolítico, pois pensar em neutralidade educacional é uma grande ingenuidade.

Desde o isolamento social devido à pandemia da Covid-19, a Classe Popular não tem desenvolvido aulas, porém o corpo docente que também faz parte da gestão do projeto tem pensado bastante sobre a retomada do curso para 2023.2. Nesse sentido, o presente projeto contribuirá para a elaboração do Projeto Político-Eco-Pedagógico do curso nessa retomada, com um viés impulsionado por conteúdos que trabalhem a construção da cidadania, ou seja, aos interesses individuais e sociais. Onde a luta não seja apenas a inserção do jovem na educação pública de qualidade, mas que eles possam ter acesso ao direito de habitação, saneamento básico, meio-ambiente, alimentação, saúde, trabalho, segurança pública sem discriminação e que tenham um currículo cada vez mais interdisciplinar para que possamos desenvolver uma prática pedagógica de ensino e uma gestão participativa que incorpore de fato os interesses de toda a comunidade escolar da Classe Popular.

A realidade pós-pandemia maximizou a desigualdade social e educacional, além de ser incoerente pensar que o ensino remoto revolucionou a educação, pois entendemos que é preciso ações de políticas públicas para que os jovens que ficaram sem aulas neste período tenham acesso a uma educação pública de qualidade, mesmo sabendo que o sucateamento da educação está atrelado a um contexto histórico neoliberal que perpassa o presente pandêmico. A proposta da Classe Popular é construir o PEPP iniciando com um planejamento integrado, envolvendo todos os professores e a sua formação continuada para a educação popular, tendo em vista que não existe revolução na educação sem ruptura com o elitismo educacional e sem a redução das desigualdades sociais, econômicas, culturais e ambientais.

Em 1998, ao ingressar no Colégio Estadual Irineu Marinho (único colégio estadual do bairro) ajudei a fundar o Grêmio Estudantil e comecei a participar (ouvinte) do Pré-Vestibular para Negros e Carentes e é nessa perspectiva que participo de diversos movimentos educacionais e sociais dentro do bairro Centenário e na cidade de Duque de Caxias, seja na Associação de Moradores do Centenário, na União dos Estudantes Secundaristas de Duque de Caxias, na Rádio Kaxinawá da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, na implantação do Centro de Referência da Juventude em Duque de Caxias, no Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos do bairro Centenário, entre outros movimentos. Esse trabalho coletivo me fez receber 2 (duas) moções de aplausos da Câmara Municipal de Duque de Caxias, fui indicado para receber o troféu “Ideologia” pela progressista Igreja Batista Central do Centenário e foi nessa construção de um “cinturão educacional” na comunidade do Centenário, que eu ingresso na Universidade do Estado do Rio de Janeiro para estudar Licenciatura em Pedagogia e idealizo a criação da Classe Popular do bairro Centenário com o apoio pedagógico do Núcleo de Educação de Jovens e Adultos do Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

## **2. OBJETIVOS:**

2.1 - Geral: Desenvolver um processo participativo de elaboração do Projeto

Eco-Político-Pedagógico (PEPP) da Classe Popular Pré-Técnica do Bairro Centenário, integrando o conhecimento acadêmico aos saberes da comunidade, num olhar interdisciplinar para a defesa do meio ambiente.

## 2.2 - Específicos:

Articular a educação ambiental ao processo de elaboração de um projeto eco-político-pedagógico; e

Analisar as relações entre currículo, interdisciplinaridade, participação popular e vivências cotidianas dos educandos no desenvolvimento desse PEPP.

## 3. JUSTIFICATIVA

A sede municipal da cidade de Duque de Caxias está localizada na coordenada: 22° 47' 09" Latitude Sul e 43° 18' 43" Longitude Oeste e de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município compreende uma área territorial de 467,319 km<sup>2</sup> a qual está subdividida em 4 (quatro) distritos: Distrito Sede de Duque de Caxias (I), Campos Elyseos (II), Imbariê (III) e Xerém (IV) e faz limite com os municípios de Petrópolis e Miguel Pereira (ao norte), com Magé (a leste), com o Rio de Janeiro (ao sul) e com São João de Meriti, Belford Roxo e Nova Iguaçu (a oeste), além de estar inserido na região hidrográfica Baía de Guanabara (RH-V). Duque de Caxias integra a Baixada Fluminense, parte geográfica da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro e está há 15 km da capital do Rio de Janeiro.

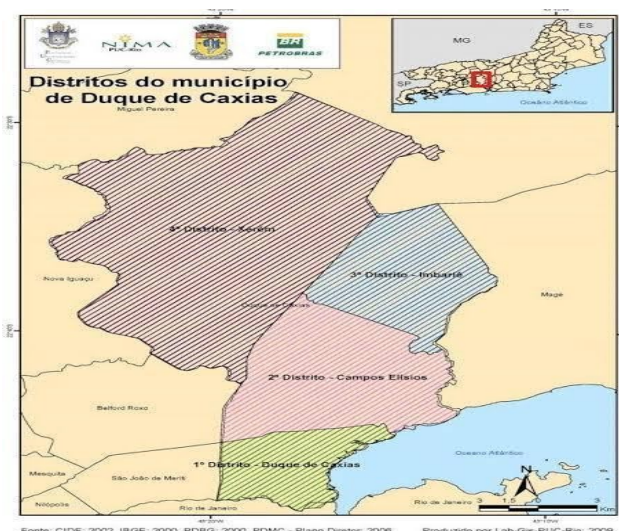


Figura 1: Mapa com a separação dos quatro distritos de Duque de Caxias e acima a localização do município no estado do Rio de Janeiro. Fonte: Unidades de Conservação do município de Duque de Caxias Fonte: NIMA. PUC-Rio (2009).

Duque de Caxias possui 4 (quatro) unidades de conservação da categoria de Proteção Integral – Reserva Biológica e Parque, e 2 (duas) de Uso Sustentável – Área de Preservação Ambiental (APA), cujas informações estão apresentadas na Tabela 1 e Figura 2.

<b>Unidades de Conservação do município de Duque de Caxias – RJ</b>			
<b>Nome</b>	<b>Localização</b>	<b>Extensão Territorial (hectares)</b>	<b>Legislação</b>
Área de Proteção Ambiental da Região Serrana de Petrópolis	Petrópolis, Magé e Duque de Caxias	68.224,29	Decreto Federal 87.561, de 13 de setembro de 1982/ Decreto Federal nº 527, de 20 de maio de 1992
Reserva Biológica do Tinguá	Municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Miguel Pereira e Petrópolis	14.580	Decreto Federal nº 97.780, de 23 de maio de 1989
Parque Natural Municipal da Taquara	Taquara (Duque de Caxias)	20,8	Lei Municipal nº 1.157, de 11 de dezembro de 1992
Área de Proteção Ambiental de São Bento	São Bento (Duque de Caxias)	1.033,42	Decreto Municipal nº 3.020, de 05 de junho de 1997
Reserva Biológica do Parque Equitativa	Santa Cruz da Serra (Duque de Caxias)	157	Lei Municipal nº 2.701, de 20 de abril de 2015
Parque Natural Municipal da Caixa D'Água	Jardim Primavera (Duque de Caxias)	20	Lei Municipal nº 2.917, de 22 de novembro de 2018

Tabela 1: Unidades de Conservação da cidade de Duque de Caxias

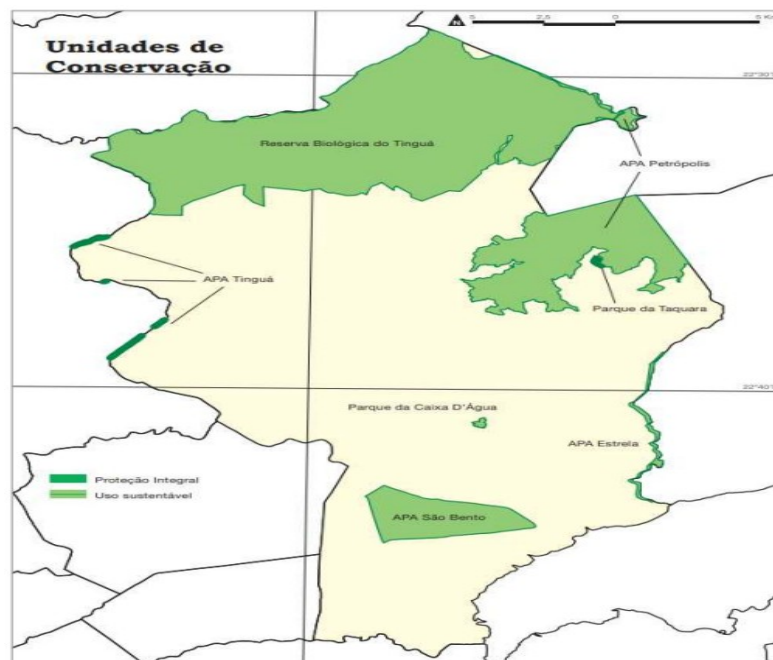


Figura 2: Unidades de Conservação do município de Duque de Caxias Fonte: NIMA. PUC-Rio (2006)

A discussão sobre o meio-ambiente na recém-criada Classe Popular, se deu a partir do apoio que alguns dos integrantes deram ao movimento social denominado “FORAS Caxias<sup>2</sup>”, que apresentou ao Ministério Público Federal uma representação contrária ao andamento das obras da Central de Abastecimento do Rio de Janeiro (CEARJ) no Campo do Bomba, que conforme a tabela acima, dos 467, 319 Km<sup>2</sup> de área territorial de Duque de Caxias, 1.033, 42 hectares, cerca de aproximadamente 10.000 m<sup>2</sup> pertence à Área de Proteção Ambiental Municipal do São Bento (APA do São Bento<sup>3</sup>), criada pelo Decreto Municipal nº 3020 de 05 de

2 Compreendemos que a Classe popular é um conceito historicamente construído, ele é central nas reflexões de autores que pensam a luta de classe sobretudo os marxistas. O curso nasceu com esse nome. Ele era ao mesmo tempo a união do movimento social e do movimento pedagógico. Por um lado, era o lugar do debate sobre as questões sociais, do outro lado pensava e atuava na formação educacional buscando preencher uma lacuna na formação dos indivíduos que moram no bairro Centenário de Duque de Caxias no estado do Rio de Janeiro.

3 O FORAS (Fórum de Oposição Permanente e Resistência ao Shopping) nasceu da união de várias entidades da sociedade civil. Tem como objetivo lutar pela natureza e o meio-ambiente em Duque de Caxias. Nasceu da necessidade premente de salvar a última mancha verde do centro de Duque de Caxias. Local ladeado pela primeira escola da América Latina a servir merenda e atender a comunidade com outras tantas atividades sociais (Escola Mate com Angu). Hoje é uma escola

junho de 1997, onde esta APA apresenta características ecológicas, históricas, arqueológicas e culturais, além de constituir um dos últimos remanescentes da Mata Atlântica próximo ao centro urbano da cidade, às margens da BR-040 (Rodovia Washington Luiz) e entre os rios Iguaçu e Sarapuí. Entretanto, em 1970, uma área estimada em 315,43 hectares da APA do São Bento, conhecida como Campo do Bomba, foi transferida do Ministério da Agricultura para o então recém-criado Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e em 27 de outubro de 2006 foi sancionada a Lei Municipal de Duque de Caxias nº 2003, que exclui da APA do São Bento, as áreas denominadas de Campo do Bomba 1 (280,9800 ha) e Campo do Bomba 2 (34,4500 ha) tornando a área atrativa para especulação imobiliária, especialmente para empresas de médio e grande porte.

Em audiências públicas entre o Poder Público e movimentos sociais ficou constatado que sem a realização de nenhum estudo dos impactos ambientais a Prefeitura de Duque de Caxias autorizou as obras e o aterramento da área do Campo do Bomba 1, mesmo sendo uma área trapezoidal cortada por dois rios (Iguaçu e Sarapuí), que deságuam na Baía de Guanabara, além da área possuir uma posição geográfica que cumpre uma função importantíssima e estratégica para evitar alagamentos e enchentes, em épocas de chuvas em seis dos treze municípios da Baixada Fluminense que são: Duque de Caxias, Nilópolis, Mesquita, Belford Roxo, São João de Meriti e Nova Iguaçu, tendo em vista que a bacia do rio Iguaçu-Sarapuí, apresenta uma área de drenagem de 726 km<sup>2</sup>, que compreende os municípios supracitados e parte da cidade do Rio de Janeiro.

---

municipal cercada de espécies de pássaros e diversos outros exemplares da flora e da fauna da Mata Atlântica.

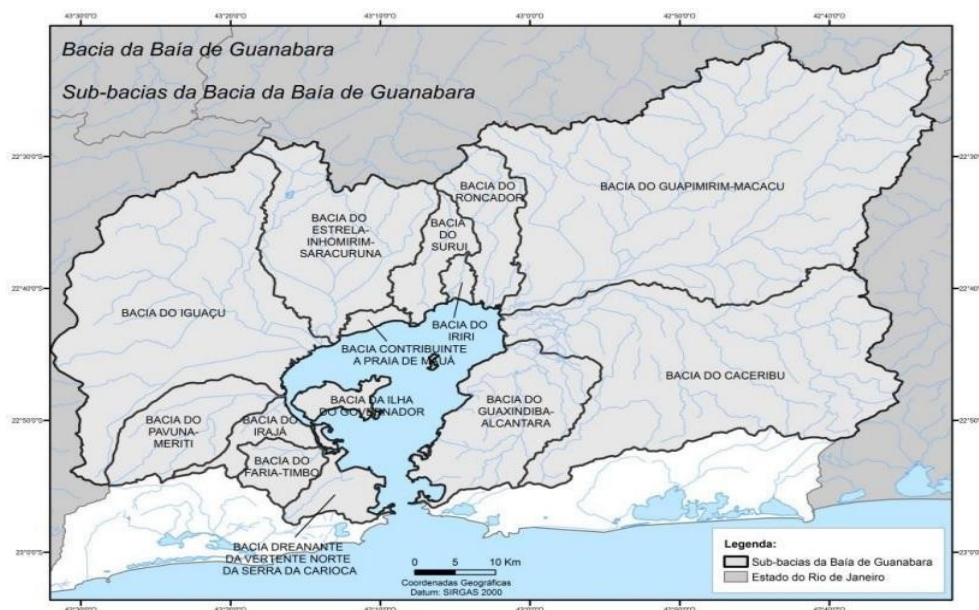


Figura 3: Bacia da Baía de Guanabara e suas sub-bacias. Fonte – INEA

O rio Iguaçu tem suas nascentes na Serra do Tinguá, a cerca de 1000m de altitude, que após um percurso de aproximadamente 43 km, deságua na Baía de Guanabara e entre os seus afluentes estão na margem esquerda os rios Tinguá, Pati e Capivari e, na margem direita, Botas e o rio Sarapuí, na qual o rio Sarapuí passou a pertencer à Bacia do Iguaçu no início deste século, devido à execução das primeiras grandes obras de saneamento na Baixada Fluminense, quando seus cursos médios e inferiores foram retificados e sua foz desviada para o rio Iguaçu (AQUAFLUXUS, 2016).

É de suma importância que a preservação do Campo do Bomba seja em prol da segurança e do bem-estar da população que vive em seu entorno, mas também seja para preservação do patrimônio histórico da APA do São Bento, onde possui 03 (três) sítios arqueológicos tombados, além de ter um sambaqui construído pelos primeiros habitantes do Oeste da Baía de Guanabara, que é datado de 4 mil anos atrás. O Campo do Bomba, foi assim chamado devido ao Quilombo do Bomba, conhecido como Hidra do Iguaçu, em referência ao monstro mitológico e ao rio que atravessava a povoação, muitos moradores encontram artefatos antigos até os dias de hoje e desde então famoso complexo quilombola do Rio de Janeiro.

Ao pensar em estudar as Unidades de Conservação de Duque de Caxias na



Classe Popular, tivemos como objetivo basilar apresentar para a comunidade escolar uma percepção ambiental para as problemáticas ambientais dentro da comunidade e da cidade, pois a Educação Ambiental dentro desse espaço informal de ensino tem que apresentar uma percepção ambiental como um instrumento metodológico para preservação dos recursos naturais e conscientização da importância da preservação das Unidades de Conservação para que a população adote um comportamento conservacionista e conseqüentemente contribua para uma conservação mais efetiva da natureza, seja nos meios físicos (aspectos ambientais do local), biótico (plantas e animais) e socioeconômico (modo de vida da população da cidade).

Por fim, pensar na metodologia para construção do PEPP, em prol do acesso de jovens em situação de vulnerabilidade social no bairro Centenário exige pensar para além de apenas inserir essa população nas escolas públicas federais de ensino médio, mas conscientizar sobre a formação histórica dos problemas da sociedade e dos problemas ambientais na cidade de Duque de Caxias e as cidades do seu entorno que sofrem com racismo ambiental e a injustiça social, cultural e ambiental. Por isso é de suma importância a educação ambiental na Classe Popular do bairro Centenário, para debater sobre a caracterização da dualidade estrutural e educacional, que estabelece políticas públicas diferenciadas para as classes sociais dominantes e dominadas, especialmente na área da educação.

#### **4. METODOLOGIA**

Para analisar a temática da Educação Ambiental no Projeto Eco-Político-Pedagógico (PEPP) da Classe Popular foi realizada uma investigação baseada em uma autorreflexão coletiva empreendida pelos professores, que é conhecida por pesquisa-ação. Segundo Engel:

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa participante engajada, em oposição à pesquisa tradicional, que é considerada como “independente”, “não-reativa” e “objetiva”. Como o próprio nome já diz, a pesquisa-ação procura unir a pesquisa à ação ou prática, isto é, desenvolver o conhecimento e a compreensão como parte da prática. É, portanto, uma maneira de se fazer pesquisa em situações em que também se é uma pessoa da prática e se deseja melhorar a compreensão desta. A pesquisa-ação surgiu da necessidade de superar a lacuna entre teoria e prática. Uma das

características deste tipo de pesquisa é que através dela se procura intervir na prática de modo inovador já no decorrer do próprio processo de pesquisa e não apenas como possível consequência de uma recomendação na etapa final do projeto. Um dos pioneiros da pesquisa-ação foi o psicólogo alemão Kurt Lewin (1890-1947) (ENGEL, 2000. p. 182).

A construção do PEPP será resultado de análises e de participação coletiva da comunidade escolar, mas para este artigo contará fundamentalmente com a representação de membros do corpo docente. Foi elaborada uma metodologia participativa para elaboração do currículo de forma integrada, por meio de algumas oficinas com os professores do curso. A experiência foi sistematizada como forma de inspirar outros processos de elaboração de projetos político-pedagógicos que considerem as questões ambientais, desenvolvendo e aprofundando essa perspectiva de uma ação educacional eco-político-pedagógica. Além da experiência de ação/intervenção com os professores, foram articulados referenciais teóricos sobre currículo, educação popular e justiça ambiental.

Ao pesquisarmos um método ou determinados procedimentos metodológicos para os processos reflexivos e práticos a serem disparados em torno do PEPP, identificamos a necessidade de criação de métodos participativos e democráticos, nas quais os alunos e professores são o centro do processo de ensino-aprendizagem. O artigo “Metodologia Participativas e Currículo Integrado na Educação de Jovens Adultos” apresentado no V Encontro Internacional de Alfabetização de Jovens e Adultos pelas professoras do IFRJ, campus de Niterói: ARALDI; BENSADON; e FALCÃO (2018) nos inspiraram a construir o nosso projeto eco-político-pedagógico de forma coletiva e participativa, onde toda a comunidade escolar é sujeito do processo de pesquisa, ensino e aprendizado pois, para saber o que se quer e precisa ensinar, é preciso saber o que a comunidade escolar quer e precisa aprender. Segundo Araldi, Bensadon e Falcão (2018) as questões referentes à metodologia e a organização curricular devem ter a perspectiva de “formar cidadãos e profissionais qualificados e comprometidos com a transformação da sociedade em que vivem e com a promoção da igualdade e justiça social” (p.48 ) e os currículos integrados e interdisciplinares precisam valorizar o protagonismo do educando, mas “sem deixar de considerar as especificidades e os métodos de investigação próprios de cada disciplina. ” (p.51).

O desenvolvimento das oficinas se deu a partir dos debates realizados em 4 reuniões (06, 24, 27 de agosto de 2022 e 03 de setembro de 2022) pela ferramenta de videoconferência Google Meet e que contaram com a participação de aproximadamente 7 (sete) professores da Classe Popular e de 4 (quatro) professores convidados que atuam em escolas dentro da comunidade. Em razão do seu caráter colaborativo, os resultados deste trabalho são preliminares e incompletos, mas muito relevantes para a implantação e o aprofundamento do debate interdisciplinar sobre Educação Ambiental na Classe Popular. Trata-se, portanto, de um documento em construção, mas que ajudará bastante na construção do PEPP, pois o objetivo foi dar o primeiro passo, mas esperamos que esse esforço suscite debates, críticas e novas contribuições capazes de suprir lacunas e aperfeiçoar os subsídios apresentados.

## **5 – DESENVOLVIMENTO**

### **5.1 Reconstruindo a História do bairro Centenário**

Ao se pensar o Projeto Eco-Político-Pedagógico da Classe Popular do bairro Centenário foi preciso estudar e refletir sobre as unidades de conservação ambiental da cidade de Duque de Caxias e construir uma abordagem histórica e cultural do bairro. Essa primeira etapa da pesquisa foi também o ponto de partida das oficinas junto aos participantes, que refletiram coletivamente sobre a contextualização do bairro apresentado a seguir.

Ao analisar algumas obras, entre elas a “Cidade de Duque de Caxias” (1958) do professor José Lustosa e o “Esboço histórico de Duque de Caxias” (1978) da professora Dalva Lazaroni, pude compilar que no século XIX, o Brasil iniciou a retirada das classes populares do Centro do Rio de Janeiro, então Capital Federal, pois os governantes viam a população pobre como pessoas perigosas para ordem social e à saúde da cidade, especialmente por causa da doença que assombrava o Brasil naquele período, a Malária, esse processo de extirpação foi ampliado no século XX com as reformas urbanísticas do prefeito Pereira Passos. (Lustosa, 1978)

Expulsos de suas casas, essa população começou a migrar principalmente

para localidades atendidas pela linha férrea, pois era um transporte rápido e barato para acesso à capital, é neste momento que vão surgir bairros e vilas – entre elas Vila Centenário nas proximidades da estrada de ferro Meriti, cabe lembrar que Meriti é atualmente Duque de Caxias, segundo o estudo socioeconômico dos municípios do estado do Rio de Janeiro realizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro:

Duque de Caxias tem sua história intimamente ligada à de São João de Meriti, do qual fazia parte grande porção de seu território. O povoamento da região do século XVI, quando foram doadas sesmarias da capitania do Rio de Janeiro. Em 1568, Braz Cubas, provedor da Fazenda Real e das capitanias de São Vicente e Santo Amaro, recebeu, em doação de sesmaria, 3 mil braças de terras testada para o mar e 9 mil braças de terras de fundo para o rio Meriti, ou mais propriamente, “Miriti”, cortando o piaçabal da “aldeia jacotinga”. (TCE, 2017, p. 7).

O sítio jaqueira situado em Meriti (Duque de Caxias) é todo o território do atual bairro Centenário, o sítio pertencia a Francisco Antônio Thomé Filho, conforme escritura de compra e venda lavrada nas notas de tabelião do 3º ofício da Capital Federal. Durante alguns anos o sítio jaqueira era uma localidade de plantio de cana-de-açúcar, milho e mandioca proporcionando ao proprietário a acumulação de fortunas, graças à força do trabalho escravo e após a sua morte, o sítio jaqueira ficou de herança para sua única filha Francisca Cândida Thomé, mais conhecida como Dona Francisca Thomé e a fim de lotear o sítio, a herdeira contratou os serviços de topografia do doutor Abel Fourquim Mendes, pois o mesmo tinha realizado um excelente levantamento topográfico de Duque de Caxias, Dr. Fourquim Mendes, como era conhecido, concluiu todo o levantamento topográfico do sítio jaqueira no ano de 1922, coincidindo com os festejos do centenário da Independência do Brasil, daí o nome de Vila Centenário.

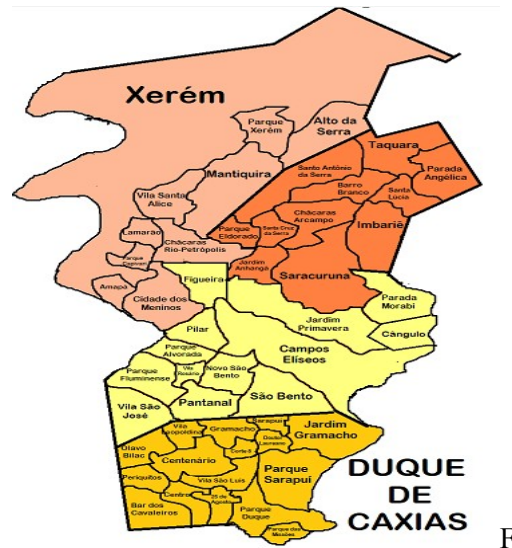


Figura 4 – Mapa com os bairros de Duque de Caxias - RJ. Fonte: Wikimedia Commons (2022).

Em 28 junho de 1919 é celebrado em Paris, um acordo feito por todos os países envolvidos na Primeira Guerra Mundial, visando pôr fim ao conflito entre os países envolvidos. Esse acordo ficou conhecido como Tratado de Versalhes.

O Tratado de Versalhes imputava à Alemanha toda a responsabilidade pelo conflito e por suas consequências, principalmente perdas econômicas. Os alemães então acabaram por ter que arcar com pesadas indenizações, que foram impostas, sobretudo por ingleses e franceses, que visavam pagar os prejuízos às indústrias e à agricultura que proviam o desenvolvimento econômico desses países. Essa exigência fragilizou consideravelmente a economia alemã, já baqueada pela própria guerra. (SILVA, 2008, s/p).

Com o esfacelamento da Alemanha, após 10 de janeiro de 1920, quando entra em vigor o Tratado de Versalhes, nesse mesmo ano começou um processo de imigração em direção ao Brasil. A primeira colônia alemã em Duque de Caxias foi fundada entre os anos de 1922 e 1923. Como esta colônia não teve um planejamento desenvolvido pelo governo, os alemães sofreram com a falta de água, escola, saneamento básico, atendimento médico e energia elétrica. Nesse período, os moradores da Vila Centenário realizavam o trajeto a pé até a estação de trem no Centro de Duque de Caxias. Embora o caminho não fosse longo, era difícil, repleto de lama, buracos e valas a céu aberto.

O convívio entre os alemães e os antigos moradores, na sua maioria escravizados, era pacífico. Contudo, as crianças alemãs eram orientadas sobre as diferenças raciais. Embora imigrantes, os alemães trouxeram a concepção de

superioridade racial. Esse pensamento orientava a vida da colônia alemã. Eles deveriam evitar os casamentos inter-raciais.

Com a chegada de Adolf Hitler ao poder em 1930 e a implantação de um modelo econômico, que buscava reerguer a Alemanha, em 1933 houve a expansão das empresas alemãs no Brasil. Os alemães da Vila Centenário foram aproveitados profissionalmente, pois a maioria eram profissionais especializados e os mesmos tinham preferência nas contratações. Neste período foi implantada na Vila Centenário, a fábrica de painéis inaugurada pela família Hermann, logo depois a fábrica de fitas de escrever de Adolfo Wittlich e depois várias fábricas foram sendo instaladas, como: a fábrica de cerâmica, a fábrica de tinta Kauri, a fábrica de vidros, a fábrica de açúcar, a fábrica de sabão e uma fábrica têxtil. Entretanto, o comércio não foi tão valorizado pelos alemães e as compras para consumo próprio eram realizadas no Centro do Rio de Janeiro ou na feira da Penha. Os primeiros comércios na Vila Centenário começaram a aparecer em 1936 pelos imigrantes portugueses.

Nos meados da década de 1930 iniciaram as obras para resolver os problemas sanitários de Duque de Caxias e conseqüentemente da Vila Centenário, onde começou a chegar a energia elétrica. Nesse mesmo ano foi inaugurada a primeira linha de ônibus ligando o bairro Centenário ao Centro de Duque de Caxias, tornando o acesso até a linha ferroviária mais rápida. O Deputado Manoel Reis liderou a conquista de elevar Meriti ao 8º Distrito de Nova Iguaçu com o nome Caxias. Ele foi homenageado na Vila centenário, a principal avenida do bairro recebeu o seu nome. Na década de 1940, 1950 e 1960 houve pouquíssimos progressos em Duque de Caxias. Mesmo assim, houve melhora nas condições de vida dos moradores da Vila Centenário.

Duque de Caxias foi emancipada em 1943, mas a vida da colônia alemã da Vila Centenário começou a mudar a partir de 1942, quando o governo de Getúlio Vargas declarou apoio aos Aliados (Estados Unidos, União Soviética e Reino Unido) na Segunda Guerra Mundial. Essa opção se fez devido aos acordos políticos e econômicos que favoreciam o Brasil. Até esse momento, o Brasil tentou manter-se próximo aos dois blocos realizando também acordos com os países do Eixo

(Alemanha, Itália e Japão).

Depois de assinar acordos políticos e econômicos com o presidente norte americano Franklin Roosevelt. Getúlio Vargas contrariou os interesses alemães, que ordenaram o bombardeio de cinco navios mercantes brasileiros por seus submarinos alemães. Essa ação acarreta cerca de 600 mortes. Os alemães no Brasil começaram a ser vistos não só como inimigos, mas como espiões do regime nazista. Com a saída dos alemães da Vila Centenário, inicia-se uma crescente luta violenta pela posse das terras e o seu loteamento, alterando e quebrando todo o cotidiano da então colônia alemã e acarretando um crescimento da população do bairro que deixou de ser apenas de imigrantes alemães, portugueses e ex-escravos.

Atualmente o bairro Centenário, possui 21.415 habitantes, representando 2,50% da população estimada de Duque de Caxias (929.449 habitantes), um número muito maior dos que habitavam a cidade de Duque de Caxias em 1920 (2.920 habitantes), mas apenas 173.254 indivíduos possuem empregos com rendimento mensal per capita de 1/2 salário-mínimo e tomando como base, o dados IBGE, Duque de Caxias está entre os 20 (vinte) maiores Produto Interno Bruto (PIB), o 4º (quarto) maior PIB do estado do Rio de Janeiro e a 2ª (segunda) maior arrecadação de ICMS do estado RJ, perdendo apenas para o município do Rio de Janeiro (capital do estado). Apesar deste contexto, que combina com um forte crescimento econômico, a cidade não possui uma colocação boa no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado do Rio de Janeiro. A correlação entre o PIB e o IDH nos mostra que o Produto Interno Bruto alto não significa, alto nível de desenvolvimento humano e essa situação é paradoxal e pode ser explicada por que a renda per capita é um resultado matemático simples da receita do município dividida pela população, sem levar em conta a distribuição de renda.

Ao analisar os dados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), podemos relacionar os indicadores de desenvolvimento das nações, o PIB e o IDH verificamos que Duque de Caxias conserva o título de uma das regiões mais ricas e populosas do país, mas que abriga enormes desigualdades sociais e índices alarmantes de degradação ambiental e humana. Então, além de preparar os jovens para as escolas técnicas é preciso que a Classe Popular construa uma formação em

toda a comunidade escolar, a partir de uma educação libertadora que suscite a discussão entre pobreza e a degradação ambiental e seus impactos sobre as condições de vida da população de Duque de Caxias (IBGE, 2022).

## **5.2 O curso preparatório Classe Popular Pré-Técnica como estratégia de inserção dos jovens das camadas populares nas escolas técnicas**

O bairro Centenário apresenta sérios problemas sociais, econômicos e ambientais, dentre eles o desemprego e a falta de qualificação profissional, além da supressão dos direitos básicos constitucionais nas áreas de meio ambiente, moradia, saúde, saneamento básico, educação, condições dignas de trabalho, igualdade racial, econômica, ambiental social e de gêneros. Esses problemas estruturais intensificam a desigualdade e a exclusão social dentro da comunidade, contribuindo para o extermínio da juventude das camadas populares, em especial a juventude negra. *Há um privilégio para a classe burguesa e a educação deixa de ser um direito e passa a ser uma mercadoria, onde só tem quem pode pagar* (FREIRE, 1989. p. 34).

É neste cenário alarmante da comunidade ocasionada pela falta de investimentos em políticas públicas eficientes, em especial atenção na área da educação, que o PVNC - Pré-Vestibular para Negros e Carentes, acumulou experiências, reflexões, a fim de motivar os jovens por meio de uma intervenção eco-político-pedagógico caminhando na direção da formação profissional. Após essa reflexão coletiva e crítica, em 2017, o PVNC cria a Classe Popular Pré-Técnica, como uma nova fase do trabalho popular na preparação de jovens para as escolas técnicas instaladas em Duque de Caxias.

A Classe Popular não tem como objetivo inserir apenas os conteúdos das provas das escolas técnicas das redes públicas, mas trazer os debates sobre a questão da cidadania em todas as suas dimensões entre elas: justiça ambiental, discriminação racial como uma questão social, pois essa temática está na história do bairro e de seus primeiros moradores. A partir dessas afirmações sobre as desigualdades raciais e ambientais, buscando compreender como os moradores



percebem esse fenômeno social, criamos uma alternativa “popular” para os jovens do bairro Centenário, para que eles pudessem estar inseridos em espaços públicos do setor educacional, que tem uma predominância de jovens brancos das classes médias e altas. Depois da implementação das políticas de ações afirmativas, ainda é a baixa a quantidade de estudantes negros nas escolas técnicas federais e nas universidades brasileiras, principalmente as públicas.

O termo “populares”, objetivamos fazer referência às camadas sociais e a grupos específicos que, historicamente no Brasil, vivem sob condições de exploração, subordinação, discriminação, tradicionalmente marginalizados em suas expressões singulares e culturais, com direitos fundamentais negados por parte das instituições que existem para garantir direitos, como os direitos à remuneração digna por suas atividades, à educação, aos dispositivos de bem-estar, ao reconhecimento cultural e à participação política. Entretanto, o vocábulo “populares” é também utilizado para fazer referência a alternativas e formas criativas de enfrentamento dos problemas, produzidas pelos pobres. (NASCIMENTO, 2012. p. 20 e 21).

Ao adicionamos a palavra “popular” na Classe Popular para preparar os jovens para as escolas técnicas públicas conseguimos desenvolver um olhar pedagógico para o combate às desigualdades sociais através das políticas de ações afirmativas, das políticas culturais de identidade e de uma educação atrelada aos canais de inclusão social e de justiça ambiental.

A construção da Classe Popular Pré-Técnica partiu de um amplo debate com a comunidade, sobre a realidade local e a importância de preparar os jovens para assumir uma vaga nos espaços públicos de educação existentes em Duque de Caxias, como é o caso do campus do Colégio Pedro II. Após meses de discussão no interior do Pré-Vestibular para Negros e Carentes foi criado um conselho popular para mobilizar e conscientizar a população do bairro Centenário, principalmente os jovens, pois serão os futuros alunos desses espaços públicos “elitizados” e essa juventude é que exercerá uma função significativa para construção da Classe Popular Pré-Técnica. A partir das demandas desse público é que criamos o Projeto Eco-Político-Pedagógico da Classe Popular Pré-Técnica. Recorremos a Paulo Freire, em seu livro na *Pedagogia do Oprimido*, para nos ajudar na compreensão dos princípios ético-políticos que norteiam nossa ação:

[...] Não posso investigar o pensar dos outros [...] não penso autenticamente se os outros também não pensam. Simplesmente, não posso pensar pelos

outros nem para os outros, nem sem os outros. A investigação do pensar do povo não pode ser feita sem o povo, mas com ele, como sujeito de seu pensar. E se seu pensar é mágico ou ingênuo, será pensado o seu pensar, na ação, que ele mesmo se superará. E a superação não se faz no ato de consumir ideias, mas no de produzi-las e transformá-las na ação e na comunicação. (FREIRE, 1987, p.101).

Foi determinante na formação dos princípios ético-eco-político-pedagógico da Classe Popular Pré-Técnica no bairro Centenário, o pensamento de Paulo Freire e também as concepções teóricas das ações práticas nos PVNC's pensadas pelo professor Alexandre do Nascimento dos Santos, no qual ele apresenta as concepções pedagógicas que são o suporte teórico e pedagógico dos cursos em comunidades populares.

Como um exame que põe, na condição igualitária de “candidatos”, indivíduos oriundos de grupos sociais distintos e, portanto, com bagagens de formação escolar, discriminatoriamente definida, em função desse processo de triagem socialmente constituído. Mais do que isso, o vestibular confronta, sob o manto da aferição da preparação educacional, indivíduos de trajetórias sociais díspares, sendo, portanto, uma barreira institucional à ascensão educacional e social de estudantes pobres. Enquanto ponto de tensionamento ele se institui e se autonomiza – política, pedagógica e muitas vezes – por que não dizê-lo? – financeiramente. (SANTOS, 2008. p. 196).

Os desafios pedagógicos e os dilemas políticos da Classe Popular Pré-Técnica são parecidos com os dos pré-vestibulares para negros e carentes, pois as provas de acesso às escolas técnicas federais e às universidades públicas têm um alto grau de competição que assegura a elitização do acesso a saberes técnicos e acadêmicos, essa competição não leva em consideração os saberes oriundos de cada indivíduo.

### **5.3. Perspectiva pedagógica e currículo do curso preparatório da Classe Popular Pré-Técnica**

A perspectiva educacional adotada na Classe Popular Pré-Técnica é fundamentada nos princípios filosóficos, políticos e pedagógicos de Paulo Freire, assumindo uma perspectiva utópica, promovendo a capacidade de ler a realidade do mundo e demonstrando que a educação é um ato político e jamais neutra. Porque, necessariamente, contém intencionalidade das escolhas que são tomadas pelos

coordenadores, educadores e educandos, haja vista que a educação poderá contribuir para silenciar e neutralizar a opressão. Dessa forma, a educação pode tanto formar alunos passivos e alienados diante das injustiças e das desigualdades intrínsecas da sociedade neoliberal, ou poderá contribuir para formar um educando crítico, participativo, capaz de interpretar o mundo e perceber a realidade como construção histórica e social.

O professor Moacir Gadotti, presidente de honra do Instituto Paulo Freire (IPF) e professor titular aposentado da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo elencou na conferência de encerramento do Congresso Internacional “*Um olhar sobre Paulo Freire*” realizada na Universidade de Évora, Portugal, de 20 a 23 de setembro de 2000, os quatro passos da concepção pedagógica de Paulo Freire, que é adotado na Classe Popular Pré-Técnica:

1. **Leitura do Mundo:** o primeiro passo do seu método de construção de conhecimento é a Leitura do Mundo. Aqui deve-se destacar a curiosidade como condição do conhecimento. *Não haveria criatividade sem curiosidade que nos move e que nos põe pacientemente e impacientes diante do mundo que não fizemos, acrescentando a ele algo que fazemos* (FREIRE, 1997, p.35);
2. **Compartilhar a Leitura do Mundo lido;** a minha leitura do mundo capta parte da realidade. Não posso me limitar a ela. O diálogo não é apenas uma estratégia pedagógica, é um critério de verdade, de aproximação crítica e mais abrangente da compreensão da realidade. Possibilita a relação social intensa e ativa entre educandos e educadores, que possuem visões de mundo suficientes e diferentes. A veracidade do meu ponto de vista, do meu olhar, depende do olhar do outro, da comunicação, da intercomunicação. Esse segundo passo leva à solidariedade. O meu conhecimento eu compartilho com alguém;
3. **A educação como ato de produção e de reconstrução do saber:** conhecer não é acumular conhecimentos, informações ou dados. Conhecer implica em mudanças de atitudes, saber pensar e não apenas assimilar conteúdos escolares do saber chamado universal. Saber é criar vínculos. O conteúdo se torna forma; e

4. **Educação como prática de liberdade:** Paulo Freire afirma a politicidade do conhecimento. É o momento da problematização, da existência pessoal e da sociedade do futuro (utopia).

Caminhando a partir desses quatro pilares, a Classe Popular Pré-Técnica adotou um currículo que oriente as atividades didáticas de forma democrática, participativa, emancipadora e inclusiva, a fim de sensibilizar educadores e educandos para uma transformação social, sem deixar desenvolver um processo de ensino-aprendizagem para os concursos das escolas técnicas e do Colégio Pedro II como referência e assim foram apresentados dois procedimentos metodológicos. Uma área do currículo que foi chamada normativo e a outra de currículo cidadão, no qual viabilizamos a reflexão sobre a sociedade. As duas propostas metodológicas de ensino têm um propósito curricular de desenvolver a interdisciplinaridade na sala de aula. Tomando como base também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996) primando por uma educação que proporcione ao indivíduo a capacidade de participar ativamente da vida social, cultural, ambiental e política de sua cidade, estado e país.

A área do currículo foi chamada de normativo é norteado pelo edital do processo de seleção para 1ª série do ensino médio do Colégio Pedro II, no qual é desenvolvido um trabalho de conhecimento linguístico-operacional, que possibilite ao aluno ter o domínio da estrutura do texto, da análise e reflexão linguística, da capacidade argumentativa e das resoluções de situações-problema a Matemática. Paralelamente, essa área busca subsídios no currículo mínimo elaborado pela Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, que tem o propósito de auxiliar a atuação dos educadores e educandos da Classe Popular Pré-Técnica nas seguintes disciplinas: Matemática, Língua Portuguesa/Literatura, História, Geografia, Filosofia, Sociologia, Biologia, Física, Química e Língua Estrangeira, todas as disciplinas estão em consonância com a Base Nacional Comum Curricular dos Anos Finais do Ensino Fundamental.

Sua finalidade é orientar, de forma clara e objetiva, os itens que não podem faltar no processo de ensino-aprendizagem, em cada disciplina, [...] Com isso, pode-se garantir uma essência básica comum a todos e que esteja alinhada com as atuais necessidades de ensino, identificados não apenas

nas legislações vigentes, Diretrizes e Parâmetros Curriculares Nacionais, mas também nas matrizes de referência dos principais exames nacionais e estaduais. Consideram-se também as compreensões e tendências atuais das teorias científicas de cada área de conhecimento e da educação e, principalmente, as condições e necessidades reais encontradas pelos professores no exercício diário de suas funções. (SEEDUC, 2012, p.2).

A área do currículo foi chamada de currículo cidadão, que é fundamentada nos conceitos desenvolvidos nos princípios freirianos da educação, onde aborda a importância da Leitura do Mundo. Segundo Gadotti (2009b, p. 18): "o direito à educação não pode ser desvinculado dos direitos sociais. Os Direitos Humanos são todos interdependentes. Não podemos defender o direito à educação sem associá-lo aos outros direitos".

#### **5.4 - As oficinas participativas para a construção do PEPP**

Ao estudar no decorrer do Curso Lato Sensu de Gestão de Projetos Ambientais do IFRJ campus Niterói a Lei da Política Nacional de Educação Ambiental nº 9.795, de 27 de abril de 1999, foi quando tivemos a iniciativa de inserir o "E" de ecológico na nomenclatura do nosso Projeto Político-Pedagógico. Esta Lei dispõe sobre a educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

A oficina participativa é o início de uma formação da comunidade escolar para desenvolver a Educação Ambiental, com um viés interdisciplinar na Classe Popular, pois a partir do momento que se apropriam de informações sobre as questões ambientais é possível ter consciência ambiental e com isso desenvolver um senso de responsabilidade no uso dos bens comuns, de modo a respeitar o meio ambiente e as pessoas.

Ao se pensar em construir uma metodologia para construção de um Projeto Eco-Político-Pedagógico (PEPP) para Classe Popular era preciso a participação de toda a comunidade escolar, a partir de experiências que já tínhamos agregados, nesses últimos combativos 5 (cinco) anos e decidimos criar uma oficina colaborativa

com os educadores populares por diversos motivos, mas um dos motivos pontuais eram que eles foram alunos dos projetos sociais de dentro da comunidade, são moradores ou trabalham no bairro Centenário e poderiam ajudar a propor alternativas significativas para a interdisciplinaridade sobre Educação Ambiental (EA) de forma crítica, com consciência da realidade, de apropriação e criação de conhecimentos novos, pois iam unificar os conhecimentos acadêmicos com o dia-a-dia da comunidade. Diante dessa experiência, a comunidade escolar da Classe Popular, em especial o corpo discente teria acesso, de forma sistemática e progressiva, a conhecimentos cada vez mais elaborados sobre os diversos ramos da EA, constituindo-se, em sujeitos de ação transformadora da sua própria realidade.

[...] enquanto numa prática educativa conservadora competente se busca, ao ensinar os conteúdos, ocultar a razão de ser de um sem-número de problemas sociais, numa prática educativa progressista, competente também, se procura, ao ensinar os conteúdos, desocultar a razão de ser dos problemas. A primeira procura acomodar, adaptar os educandos ao mundo dado; a segunda, inquietar os educandos, desafiando-os para que percebam que o mundo dado é um mundo dando-se e que, por isso mesmo, pode ser mudado, transformado, reinventado. Devo concluir esta questão dizendo que os educadores progressistas sabem muito bem que a educação não é alavanca da transformação da sociedade, mas sabem também o papel que ela tem nesse processo (FREIRE, 1991, p.30)

A ideia de organizar as oficinas deu-se início com a proposta da minha orientadora da Pós-Graduação de Gestão Projetos Ambientais do Instituto Federal do Rio de Janeiro, campus Niterói, Professora Dra. Etiane Araldi para que pudéssemos ouvir a comunidade escolar da Classe Popular, mas a falta de logística (recurso, tempo, pessoal, divulgação, estrutura física, acesso à internet para todos), nos fez adequar este trabalho para membros do corpo docente, conforme já supracitamos, mas ouvir as contribuições dos professores era necessário para sensibilização do tema de Educação Ambiental e de mudanças no currículo, pois tanto os professores como os alunos irão ter resistências para o novo, pois as nossas escolas tradicionais estão muito aquém de um debate sobre esta temática e podemos perceber nas palavras de Paulo Freire (1996, p. 133):

Eu lhes digo que não sou contra um currículo ou um programa, mas apenas contra a maneira autoritária e elitista de organizar os cursos. Defendo a participação crítica dos alunos na própria educação, você percebe? Eles têm o direito de participar, e eu não tenho o direito de dizer isso porque eles rejeitam a participação, então assumo a posição de lhes dar a formação totalmente. Não! Tenho que reconhecer que os alunos não podem entender seus próprios direitos, porque estão ideologizados que rejeitam a sua

própria liberdade, seu próprio desenvolvimento crítico, dado o currículo tradicional. Então, tenho que aprender com eles, como ir além desses limites, além da rejeição de seus direitos.

Os (as) 11 participantes (4 homens e 7 mulheres) da oficina são profissionais da área de educação, que exercem suas funções laborais lecionando em escolas públicas e de forma voluntária estão dispostas a contribuir com um bairro democrático, onde os moradores, tenham voz ativa, organizando a comunidade, provocando o debate na área de cultura, meio-ambiente, educação e propondo políticas públicas estruturantes ao Poder Público, a partir das Conferências Municipais e o seus Conselhos Municipais, pois o objetivo estratégico da Classe Popular precisa ser a defesa dos direitos de cidadania, assegurados pela Constituição de 1988. Segue abaixo a área de formação dos (as) participantes:

Qual é a sua área de atuação profissional?

11 respostas

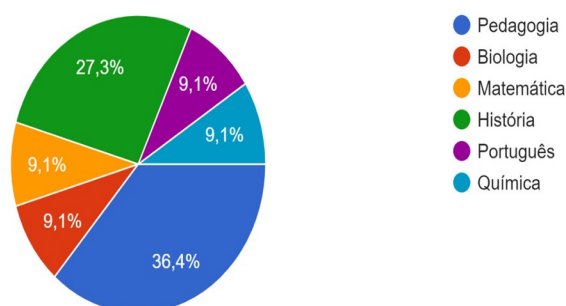


Figura 5: Área de atuação dos participantes da oficina participativa. Fonte - autor

No primeiro dia foram disponibilizados alguns referenciais teóricos iniciais, como: breve histórico do bairro Centenário, mapeamento e diagnóstico das Unidades de Conservação Ambiental de Duque de Caxias e se formaram dois grupos, a fim de debater a atual realidade do bairro Centenário e as questões ambientais. Essa metodologia foi pensada tendo em vista que a educação popular proposta está ancorada em princípios que têm como principais características: o desenvolvimento da consciência crítica, que se dá por meio da problematização da realidade, da mobilização social, pois a nossa proposta é valorizar o trabalho comunitário no lugar do individualismo e da competitividade. Segundo Moacir Gadotti (2009a, p. 29-30), o desenvolvimento sustentável precisa ser

ambientalmente correto, socialmente justo, economicamente viável e culturalmente respeitoso das diferenças.

Os(as) participantes presentes consideraram muito importante essa contextualização inicial do bairro. A pedagoga inclusive solicitou o material para que pudesse ser disseminado e trabalhado em outras escolas da comunidade, pois não era do conhecimento de diversos moradores do bairro. A partir dessa contextualização, os (as) participantes já começaram a debater sobre as questões que marcam aquele território, como a violência. Nos pequenos grupos, foram colocadas para debate as seguintes perguntas problematizadoras:

<b>COMPILAÇÕES DAS OFICINAS</b>
<b>PERGUNTA 1 AOS PARTICIPANTES</b> <i>Qual o sentido tem a classe popular neste processo? Qual papel atribuem esses sujeitos ao saber veiculado pela classe popular? O que esperam dela?</i>
<b>APANHADO DO MEDIADOR SOBRE AS RESPOSTAS DOS PARTICIPANTES</b> Com certeza são poucos os que compreendem a classe popular exercendo o papel de veículos de uma determinada ideologia ou espaço de apropriação de saberes para operar a interpretação do mundo social e dos seus movimentos. A elaboração de uma proposta partindo de uma leitura problematizadora da realidade pressupõe que o conhecimento dessa realidade seja sempre uma compreensão que se constrói e se amplia, em forma de processo. Tratando-se da problematização da realidade da classe popular, deve-se levantar indagações sobre todos os membros que a compõem e sobre o contexto com o qual eles interagem e se relacionam.
<b>OBSERVAÇÕES IMPORTANTES REALIZADAS NO DECORRER DOS DEBATES</b> O maior problema diagnosticado na comunidade local é a sua identidade, pois a necessidade de resolver os problemas do cotidiano faz com que não tenham tempo nem recursos para discutir quem são, como fazer o levantamento dos problemas e buscar possíveis soluções que permitam o avanço dos debates e da busca das ideias para soluções. A escola atende um público discente do primeiro segmento do fundamental, e a comunidade escolar percebe a diferença que a escola faz na vida desses alunos como, por exemplo, o não ingresso no tráfico. A



atividade política ainda é percebida de forma assistencialista.

A educação sozinha não vai transformar a sociedade, mas a escola tem cumprido seu papel de transformação dentro dos limites impostos a ela pelos problemas enfrentados. O imediatismo, como já foi dito, impede essas reflexões não por mal, mas pela extrema necessidade que os integrantes da comunidade passam. Temos que entender o porquê da falta de atendimento dessas necessidades básicas e não apenas julgar as atitudes advindas desse contexto, e buscar soluções através da conscientização política. O que se percebe é que a maioria dos políticos se servem das necessidades, e não se colocam a serviço das pessoas que vivem lá.

### **PERGUNTA 2 AOS PARTICIPANTES**

*Tratando-se de sujeitos envolvidos no processo educativo, podem ser tematizadas questões: Qual é a importância da Educação Ambiental para comunidade? O que exigem e esperam da classe popular?*

### **APANHADO DO MEDIADOR SOBRE AS RESPOSTAS DOS PARTICIPANTES**

Projetos antigos para mitigar os problemas de enchentes em ruas da comunidade nunca saíram do papel, além de na época da UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) do bairro Centenário sobre o plantio de árvores no Alto da Boa Vista e no Morro do Sapo nunca foi adiante porque a comunidade escolar perdeu o acesso a essas partes do bairro com a saída da UPP. É preciso desenvolver os conceitos de ciência cidadã, a troca de saberes entre comunidade e academia, e fazer com que as comunidades não sejam meros objetos de estudo, mas sujeitos de seu desenvolvimento e de seu destino. O hiato que há entre a academia e a sociedade faz com que o saber fique muitas vezes fechado em si mesmo. Essa troca de conhecimentos é necessária e benéfica para ambas as partes. Além disso, é preciso desenvolver o conceito de que o meio ambiente está em todo lugar, e que nós pertencemos a ele, não é uma coisa dissociada, não é “aquele espaço verde onde os bichinhos vivem em harmonia e tudo é perfeito”. O meio ambiente está nas pessoas, no asfalto, no valão, nos parques, enfim, em tudo e é importante preservá-lo enquanto ainda é tempo.

### **OBSERVAÇÕES IMPORTANTES REALIZADAS NO DECORRER DOS DEBATES**

As palavras geradoras congruentes entre todos os participantes, no primeiro dia de encontro foram: **violência, desigualdade social, racial, econômica, cultural e ambiental.**

Tabela 2 – Compilação das perguntas do primeiro encontro

Seguindo o caráter processual de uma metodologia que busca articular educação ambiental e educação popular, após cada oficina analisamos na reunião de orientação o que tinha se passado e planejamos a próxima. Pareceu-nos um elemento novo trazido pelos(as) participantes, e uma ampliação da problemática ambiental do bairro, essa associação entre meio ambiente e violência. Diante disso, pensamos que um conceito interessante que poderia apoiar o grupo no seguimento dos debates seria o de injustiça ambiental (ACSELRAD, 2004).

No encontro seguinte da oficina, retomamos as palavras congruentes e apresentamos ao grupo o debate sobre Justiça Ambiental, pois este tema é uma das maiores injustiças da sociedade contemporânea, onde os menos responsáveis pela crise ambiental que devasta o planeta são muitas vezes os mais atingidos pelas violentas tempestades, inundações e secas que a crise desencadeia. Quase inevitavelmente, essas mesmas populações já vivem com discriminação, racismo, pobreza, desigualdades e diversos outros desafios existentes. As famílias que vivem na pobreza ficam indefesas frente a deslizamentos de terra e inundações, provocadas por tempestades climáticas (ACSELRAD, 2004).

Ao citarmos justiça ambiental, partimos dos estudos da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), onde no Brasil, os movimentos sociais e acadêmicos criaram em 2001 esta Rede para debater o conceito de injustiça ambiental e a RBJA conceitua injustiça ambiental como:

O mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis." (ACSELRAD; PÁDUA, 2004, p.14).

Uma estratégia climática verdadeiramente justa enfrenta os dois lados desta crise, não apenas as temperaturas crescentes que alimentam tempestades mais fortes e o aumento do nível do mar, mas também as estruturas sociais que levam

alguns grupos a sofrerem muito, enquanto outros apenas leem na internet sobre esse problema ou veem isso nos noticiários jornalísticos. Uma estratégia verdadeiramente justa busca garantir que todos tenham acesso igual a recursos e capacidades para ajudá-los a sobreviver e, até mesmo, prosperar em um mundo aquecido (ACSELRAD, 2004).

No Brasil, onde as taxas de pobreza das mulheres e famílias negras são particularmente altas, a luta pela justiça ambiental é especialmente urgente e está diretamente ligada à luta contra a pobreza, o racismo estrutural e a desigualdade de gênero.

Essas desigualdades vêm, em parte, de uma história com mais de 300 anos de escravidão, onde um grupo social dominante no Brasil, produziu profundas desigualdades entre negros e indígenas. Alguns desses mesmos padrões de discriminação continuam preocupantes hoje, pois o Brasil está frequentemente entre os principais países que têm assassinatos de defensores dos direitos humanos, principalmente aqueles ligados à luta pela justiça territorial e ambiental.

A história do Brasil é marcada por desigualdade e injustiça. Somente para lembrar, a abolição da escravatura ocorreu oficialmente em 1888. Isso deixou registrado para a humanidade que o Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravidão. O governo federal criou em 2002 a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), cuja função é a de formular políticas de promoção e igualdade racial em conjunto com os demais ministérios, em especial com o MEC, que por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e Inclusão (Secadi) vem implantando programas e projetos nessa perspectiva. Para criar condições de conhecer a história e para nela intervir, foram criadas a Lei nº 10.639/2003, que altera a LDB para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e a Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, para “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Essas conquistas são frutos da organização e da resistência dos povos negros e indígenas do conjunto dos movimentos sociais que coadunam com essa bandeira de luta. O significado social das leis reside na mudança curricular. As matrizes curriculares serão obrigadas a dialogar com esses conteúdos que historicamente não foram trabalhados. Agora, com “o estudo da História da África, dos Africanos e Indígenas”, a organização dos negros e indígenas, suas contribuições na formação da sociedade nacional, nas dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais farão parte desse conjunto de conhecimento que o Ensino Fundamental e Médio terão direito de estudar na escola. (PINI, 2009, p.23).

Ao debater a justiça ambiental entramos no valor basilar da Classe Popular Pré-Técnica que é promover um debate crítico sobre a necessidade das políticas de

Ações Afirmativas, pois é um esforço pedagógico para desmistificar o mito sobre a democracia racial, presente culturalmente na sociedade brasileira. Organizada a partir do princípio de convivência harmoniosa entre os grupos étnico-raciais, segundo esse pensamento não existe racismo e sim uma diferenciação econômica entre os indivíduos. O debate sobre as ações afirmativas no Brasil foi importante para pensar o acesso às redes de ensino e também sobre as vagas no mercado de trabalho.

Na oficina participativa, os(as) participantes debateram sobre a construção de alternativas para as questões educacionais do bairro Centenário, tendo em vista que é perceptível a ausência de adolescentes e jovens negros no campus do Colégio Pedro II do bairro Centenário. Então, a bandeira de luta da Classe Popular Pré-Técnica é inserir essa parcela da comunidade nas universidades públicas, nas escolas técnicas públicas e nas instituições tradicionais de ensino público estadual e federal. Sem deixar de pensar que a luta pela justiça ambiental, por uma educação pública de qualidade, e a inserção da população negra nessas instituições públicas de ensino é combater a discriminação racial, econômica e cultural, para que num futuro próximo tenhamos de fato a diminuição da injustiça ambiental.

[...] Promover a inclusão (por meio de acesso e permanência diferenciados) dos grupos discriminados racialmente em áreas onde eles são sub-representados em função a discriminação que sofreram em face da sua cor, raça e etnia. Ou seja, se faz necessária também a implementação de ações afirmativas (SANTOS, SILVEIRA, 2010, p.43).

Apostar numa pedagogia inclusiva é fundamental, pois é preciso incentivar a autoafirmação da comunidade escolar da Classe Popular Pré-Técnica do bairro Centenário e inserir todos os envolvidos dentro dos movimentos sociais/populares e dos movimentos negros e ambientais, a fim de construir medidas de combate ao racismo. Outro conceito relevante, nesse contexto, é o de racismo ambiental: os grupos mais vulneráveis arcam com as consequências gravosas dos danos ambientais, seja porque não têm voz – ou ninguém quer ouvi-los –, seja porque não têm vez – ou ninguém os deixa falar –, seja porque, em termos de governabilidade, estes grupos excluídos constituam apenas uma grande massa para manobras políticas, nos dizeres de Sloterdijk um "pretume de gente" (Sloterdijk, 2002, p. 11).

Sobre a população negra e periférica, recai grande parcela dos ônus ambientais, seja pela falta de recursos, seja pela culpabilização pela degradação do ambiente.

Nesse sentido, é importante fortalecer o perfil identitário dos educandos que estão inseridos num grupo historicamente discriminado. Como afirma Santos e Silveira, *o racismo é dinâmico, se renova e se reestrutura conforme as mudanças históricas e sociais* (SANTOS e SILVEIRA, 2010, p.44). A luta e o enfrentamento à injustiça ambiental não é apenas uma questão estática, o que requer a referida associação entre as políticas de cunho universal e de promoção da igualdade racial, cultural, ambiental e social.

A partir desse debate conceitual, a proposta discutida no segundo dia de oficina foi a de conscientização, a fim de preparar os nossos alunos e membros da comunidade escolar na luta contra a crise ambiental e climática no bairro e manter a cultura/história do bairro Centenário viva e forte, pois só assim tornaremos uma luta contra o racismo uma parte essencial do ativismo climático e de organizações de ações dentro da comunidade. O que temos que ter em mente é que as lutas pedagógicas não estão dissociadas das lutas sociais, ambientais e econômicas.

No penúltimo encontro analisamos de forma reflexiva como a Educação Ambiental e a Sustentabilidade (ambiental, social, econômico e cultural) poderiam ser desenvolvidas no formato interdisciplinar envolvendo todas as áreas de conhecimento: Ciências Humanas, Exatas e Biológicas, pois a nossa proposta é inserir o jovem na educação tecnológica com uma visão de sociedade que busque construir uma Educação Profissional que nos leve à superação da formação de cidadão, apenas produtivo, mas cidadãos que afirmam a sua cidadania efetiva e ativa.

Foram apontadas alternativas concretas de construção de um projeto democrático, na qual discutimos o significado e a importância da construção de um Projeto Eco-Político-Pedagógico (PEPP), mas que deveríamos iniciar a construção do PEPP da Classe Popular do bairro Centenário com a organização de uma proposta de trabalho que elabore de forma democrática o currículo, a partir de TEMAS GERADORES bimestrais com a presença de todos os membros da comunidade escolar. O projeto curricular teria como título: **“Educação Ambiental**

***na Classe Popular do bairro Centenário – Duque de Caxias-RJ: Nossa comunidade na luta por justiça ambiental”***

Escolher um Tema Gerador sobre justiça ambiental bimestralmente consiste em pensar de forma coletiva um assunto ambiental importante da comunidade que poderíamos desenvolver interdisciplinarmente. Os assuntos serão pensados no exercício da práxis (ação-reflexão-ação), onde unirá a teoria e a prática pedagógica com a leitura crítica da sociedade, na qual será de suma importância realizar o registro das atividades, a organização das apresentações da prática em sala de aula, relacionar a relação das experiências com o Tema Gerador, além da importância basilar da troca de experiências entre educando e educador. Os Temas Geradores nunca poderão ser pensados de forma isolada da realidade da comunidade, pois as relações de injustiça climática, ambiental, social e racial são compreendidas nas relações homem-mundo. Paulo Freire dizia que “não há palavra verdadeira que não seja práxis”. A verdadeira palavra sempre transforma o mundo e esse processo de transformação do mundo que queremos vivenciar na Classe Popular Pré-Técnica do bairro Centenário, sabendo que todo o desenvolvimento do trabalho terão dois níveis: utópico (o lugar que está além, um vir a ser) e o possível imediato (a intervenção possível hoje).

[...] significa tomar todos os cuidados para não correremos o risco de propor um currículo único, modelar. Isso porque ele se constrói na direção de um processo aberto, reflexivo, ético, dialógico, valorativo, criativo, ousado e complexo. [...] Mais do que certezas curriculares, o necessário aprofundamento investigativo sobre os meandros do processo de ensino e de aprendizagem, incluindo-se aí todas as dimensões da organização do trabalho da escola, que estará sendo objeto de uma reflexão permanente, em diferentes espaços intertranscultural – salas de aula, corredores, pátio, salas-ambiente, todo e qualquer espaço interno ou externo da escola que permita uma reunião, um encontro entre as pessoas da escola e da comunidade, de forma que se sintam confortáveis e bem recebidas, espaços vários da comunidade, dos vizinhos da escola, das organizações governamentais, não governamentais, empresariais e não-empresariais, que acreditam e lutam para que se possa construir uma educação intercultural e currículo intertranscultural, instituições múltiplas que desejam criar uma escola melhor, da comunidade, do bairro, da vila, do planeta – por isso também os espaços virtuais – para que se possa buscar, curiosamente, os diferentes sentidos que dão novos rumos para as ações escolares e educacionais como um todo. Enfim, pessoas e instituições que acreditam que “um mundo melhor é possível” e que possam contribuir para uma educação intercultural e, por conseguinte, para construção do currículo intertranscultural. (PADILHA, 2010, p.7-9).

Ao se trabalhar os Temas Geradores interdisciplinares, o papel do planejamento pedagógico é criar situações significativas de compreensão da comunidade escolar para realidade local e o contexto universal que se buscam conhecimentos historicamente organizados e sistematizados para superação das situações do cotidiano, pois assim poderemos enfrentar e propor propostas das realidades implícitas nas questões relacionadas à injustiça ambiental.

A fim de realizar uma atividade de como será desenvolvido o Tema Gerador, no quarto e último encontro das oficinas uma atividade com os participantes o primeiro Tema Gerador deliberado foi “saneamento básico”, o qual seguiu em debates e problematizações com os seguintes subtemas: água, agricultura familiar, desemprego, meio-ambiente, direito/cidadania, saúde e violência.

Após as problematizações, os conteúdos foram transformados em debates e em algumas atividades reflexivas programadas e desenvolvidas pelo Programa de Educação Ambiental citados por Smith (1995, em Sato, 1997) e estão descritas a seguir: à sensibilização: percepção ambiental do bairro Centenário (meio físico, biológico e antrópico), reconhecimento do ser humano como principal protagonista para determinar e direcionar a manutenção do planeta. Práticas relacionadas à responsabilidade: estudo e interpretação de algumas legislações ambientais (federal, estadual, municipal), de propostas de políticas públicas (recursos hídricos, meio ambiente, resíduos sólidos), cidadania: capacidade de participar ativamente, resgatando os direitos e promovendo uma nova ética capaz de conciliar a natureza e a sociedade e práticas relacionadas à cidadania: efetivação de ações comunitárias e que estimularam significativos avanços no processo de ensino-aprendizagem.

Durante o debate sobre o tema proposto (saneamento básico/saúde), alguns problemas foram percebidos pelos participantes, tais como: lixo acumulado, presença de ratos e esgoto a céu aberto. A partir dessas observações e reflexões, surgiram muitas conversas que deram estímulo à criação de debates sobre o tema supracitado e essas ideias abordadas na oficina participativa começará ser desenvolvida experimentalmente com os alunos, pois é de suma importância conhecer a realidade da comunidade e pensar formas de modificá-la, utilizando uma

linguagem acessível a todos. A metodologia que deve ser desenvolvida para utilizar os Temas Geradores é relacionar as dificuldades da comunidade com os currículos normativos dos concursos de acesso às escolas técnicas públicas e universidades. As atividades da oficina fizeram com que os(as) educadores(as) ampliassem os seus conhecimentos sobre os problemas ambientais da comunidade por meio da troca de experiências.

Ao final dos encontros da oficina participativa foi realizado um breve questionário pelo Google Forms, a fim de realizar uma avaliação das oficinas a partir do olhar dos participantes. As respostas podem ser visualizadas abaixo:

<b>Faça um breve comentário do que você achou da oficina participativa</b>
Foi um importante aprendizado sobre a atual realidade do Centenário, em relação aos impactos ambientais e de como a educação ambiental é importante para conscientização da população.
Excelente
Percebi nas oficinas que a educação ambiental tem um papel muito importante, porque forma cidadãos mais participativos em assuntos relacionados às questões de responsabilidade socioambiental, como o descarte correto do lixo e também quanto à prestação dos serviços públicos básicos é importante para cidade.
Percebi a importância da interdisciplinaridade ao Ensino da Educação Ambiental que traz consigo uma grande oportunidade de desenvolvimento de práticas e metodologias. Aprendi que é possível aplicar em todas as disciplinas assuntos em favor do meio ambiente.
Foi uma ótima oportunidade de conhecermos alguns pontos críticos e darmos sugestões para progredir ainda mais com o projeto. Ficando claro para quem não conhece a região. É um desafio, mas no atual cenário é importantíssimo desenvolver a Educação Ambiental na educação informal, como é o caso da Classe Popular.
A educação não-formal, na atual conjuntura, tornou-se uma ferramenta indispensável, haja vista os grandes problemas ambientais atuais e a necessidade



de conscientizar os indivíduos para que se tornem atores atuantes e participativos na resolução desses problemas.
Gostei bastante. O palestrante conseguiu fazer a mediação entre os estudos que realizou com os fatos e opiniões trazidas pelos participantes, atribuindo valor ao seu trabalho de pesquisa. Em particular, contribuiu bastante com informações relevantes sobre a comunidade onde trabalho, com um olhar histórico-social importante que incrementaram minhas perspectivas educacionais de agora em diante.
Excelente e muito satisfatório
As oficinas proporcionaram a chance de debatermos mais sobre assuntos importantes, no campo que tange às questões ambientais. E também houve a chance de debatermos assuntos no campo da educação que atravessavam os assuntos relacionados aos temas abordados. Excelente abordagem e condução do Alessandro Mendes. Muito obrigada por proporcionar esse momento.
Particpei apenas do primeiro encontro, e achei o tema e a metodologia muito relevantes. Infelizmente, não pude prosseguir nos encontros por incompatibilidade de horário.

Tabela 3 – Comentários dos participantes sobre a oficina

O logradouro conhecido “Parque Centenário” ou “Vila Centenário” é um bairro localizado no primeiro distrito de Duque de Caxias, no estado do Rio de Janeiro. Possui alguns pequenos focos de Mata Atlântica nativa nas sub localidades conhecidas como: “Lagoinha”, “Morro do Sapo” e “Morro da Telefônica”. O descaso do Poder Público (tanto a nível municipal, estadual e federal), especialmente no período da pandemia, fez com que o bairro degradasse ambientalmente, estruturalmente, com desmatamento, ocupações irregulares e aumento da violência. Nossa oficina foi criada visando pensar estas questões junto a questão ambiental, dialogando para propor estratégias para uma recuperação ambiental do bairro como um todo junto a questão estrutural e social (participante da oficina Rafael Fadeso)

A oficina promoveu uma ideia de educação não formal, para construir uma nova cultura ambiental no bairro, tendo como objetivo diagnosticar problemas socioambientais do bairro Centenário e avaliar a percepção da população em relação a cultura ambiental, bem como, promover intervenção educativas com foco na educação ambiental crítica. (participante da oficina Aline Miranda)

Participar da oficina me fez pensar ações que melhoram a qualidade ambiental do bairro e contribuir para que moradores desenvolvessem

consciência de pertencimento, uma vez que esses cuidados refletem diretamente nas questões financeiras e sociais, fazendo com que os moradores passem a ser participantes e coautores de uma imagem positiva do local onde vivem. (anônimo)

Trabalhar a temática de racismo ambiental e injustiça ambiental nos encontros da oficina foi uma decisão importante para contextualização sobre a implantação da educação ambiental na Classe Popular, pois os participantes puderam ter uma maior conscientização sobre a vulnerabilidade socioambiental que é conceituada de acordo com a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) como uma coexistência ou sobreposição espacial entre grupos populacionais pobres, discriminados e com alta privação (vulnerabilidade social), que vivem ou circulam em áreas de risco ou de degradação ambiental (vulnerabilidade ambiental)

[...] Mais que nunca, o capitalismo destrói, como notava Karl Marx há mais de um século e meio, as duas fontes de sua riqueza: a natureza e os seres humanos. Na verdade, a destruição ambiental afeta todos e a lei do valor hoje inclui a todos. A mercantilização domina a quase totalidade das relações sociais, em campos cada vez mais numerosos como o da saúde, da educação, da cultura, do esporte ou da religião. Além disso, a lógica capitalista tem sua institucionalidade. Recordemos primeiro que se trata de uma lógica e não de um complô de alguns atores econômicos (senão bastaria convertê-los e corrigir abusos e excessos) (HOUTART, 2007, p.3).

Dessa forma, ao tornar o debate seletivo ao bairro Centenário percebemos que é um bairro periférico e operário do município de Duque de Caxias que possui problemas de ordem socioambiental de uma sociedade capitalista com um modelo de desenvolvimento econômico que intensificam as relações desiguais e as classes mais vulneráveis socialmente sofrem maiores riscos ambientais.

## **6. CONCLUSÃO**

O propósito da Classe Popular Pré-Técnica do bairro Centenário é de lutar e conscientizar a população da comunidade contra as políticas neoliberais, que acarretam mudanças na forma de atuação do Estado e conseqüentemente nas políticas educacionais, sociais e ambientais. A orientação neoliberal estimula a competição aumentando a desigualdade social e a nossa proposta é e sempre será lutar por um currículo cidadão, pela universalização da educação básica, pela

formação para o exercício da cidadania. Ao incluir a palavra ECO, de ecológico, no Projeto Eco-Político-Pedagógico, visamos desenvolver uma conscientização sobre a importância da educação ambiental e de como a comunidade escolar poderá criar alternativas e ações em um modelo mais sustentável, tendo em vista que as mudanças climáticas maximizam as desigualdades sociais, raciais e de gênero, aumentando o abismo da extrema pobreza e marginalização.

Não podemos esquecer que, ao colocar a educação ambiental como peça fundamental em nossa bandeira de luta, reafirmamos o nosso ato pedagógico a favor das conquistas sociais, pois o direito à justiça ambiental, à educação ambiental e às políticas públicas ambientais ainda são uma realidade distante para a população de Duque de Caxias e da comunidade do bairro Centenário. Mas é preciso que a Classe Popular fique na vanguarda dos debates de conscientização, especialmente nas áreas de injustiça ambiental e racismo ambiental, tendo em vista que a injustiça ambiental está atrelada ao racismo ambiental, pela existência do racismo estrutural e institucional.

O caput do Artigo 225 da Constituição Federal nos diz que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado:

Todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988, s/p).

Mas esse direito constitucional é negligenciado para uma grande parcela da população brasileira, que sofre pela falta de saneamento básico, água potável e regular, paisagens verdes, poluição atmosférica que libera gases poluentes como o dióxido de carbono (CO<sup>2</sup>). Este é emitido na atmosfera a partir da queima de combustíveis fósseis, na qual intensifica o efeito estufa e o aquecimento global. Duque de Caxias, por ser uma cidade industrializada sofre muito mais com os efeitos desses gases liberados pelas indústrias e pela queima de combustíveis fósseis.

A Classe Popular é um passo importantíssimo para criarmos ações concretas de acesso à educação ambiental para o bairro Centenário, que atualmente é conhecido midiaticamente como Complexo da Mangueirinha. Os encontros das

oficinas participativas realizadas nos meses de agosto e setembro de 2022 foram fundamentais para pensarmos a educação ambiental na Classe Popular em alguns segmentos e eixos distintos: Segurança Pública, Saneamento Básico, Gênero, Urbanização, Segurança Alimentar e Igualdade Racial.

A oficina participativa deu também uma visibilidade sobre a importância da Classe Popular Pré-Técnica do bairro Centenário com debates acerca do currículo da Classe Popular, da construção do Projeto Eco-Político-Pedagógico e a participação de professores da classe popular no sentido de socializar as experiências. Por meio de relatos de experiências dos participantes, foram compartilhadas a metodologia da Classe Popular (baseada na pedagogia libertadora de Paulo Freire). Ações como essa oficina reafirmam a necessidade de sejam compartilhadas as experiências da Classe Popular, com o objetivo de disseminar a conscientização e a emancipação humana, atrelada à transformação social e ambiental, contribuindo para o fortalecimento da Classe Popular como a luta por políticas públicas estruturantes para a comunidade.

Por fim, muito tem se debatido sobre criar leis para acabar com as disciplinas de Filosofia e Sociologia nas escolas públicas, mas o que precisa ser feito é garantir investimentos para que as escolas sejam um espaço democrático de aprendizado. Para, além disso, nós não queremos debater Escola Sem Partido e sem ideologia, mas nós queremos escolas públicas que tomem partido, que tomem partido contra as injustiças ambientais, culturais e sociais, que tomem partido a favor da democracia e do desenvolvimento dos valores sociais mais significativos, especialmente aqueles elencados na Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Estamos na luta começando pelo nosso bairro para construir uma sociedade mais sustentável, justa, livre e igualitária.

## **7. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA**

AQUAFLUXUS. Bacia do Rio Iguaçu, Uma Velha Conhecida (2016). Disponível em: <<https://www.aquafluxus.com.br/bacia-do-rio-iguacu-uma-velha-conhecida/?lang=en>>. Acesso em: 23 nov. 2022.

ARALDI, Etiane; FALCÃO, Andréa; BENSADON, Ligia Scarpa. Metodologias Participativas e Currículo Integrado na Educação de Jovens e Adultos. Porto Alegre: Anais do V AlfaEJA, 2018. p. 48-54.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é Método Paulo Freire. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Decreto nº. 87.561, 13 de setembro de 1982. Dispõe sobre as medidas de recuperação e proteção ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul e dá outras providências. Brasília, 1982. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-87561-13-setembro-1982-437707-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 23 nov. 2022.

\_\_\_\_\_. Decreto nº. 97.780, 23 de maio de 1989. cria a RESERVA BIOLÓGICA DO TINGUÁ, e dá outras providências. Brasília, 1989. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1980-1989/D97780.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D97780.htm)>. Acesso em: 23 nov. 2022.

\_\_\_\_\_. Decreto nº. 527, 20 de maio de 1992. Delimita a Área de Proteção Ambiental da Região Serrana de Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro, criada pelo art. 6º do Decreto n. 87561, de 13 de setembro de 1982, e dá outras providências. Brasília, 1992. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1992/decreto-527-20-maio-1992-343166-norma-pe.html>>. Acesso em: 23 nov. 2022.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm)>. Acesso em: 23 nov. 2022.

BRASIL. Lei nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, 1981. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/Leis/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Leis/L6938.htm)>. Acesso em: 23 nov. 2022.

CAXIAS. Lei 1.157, de 11 de dezembro de 1992. Cria o Parque Municipal da Taquara e da outras providencias. Duque de Caxias, RJ: CMDC, 1992. Disponível em: <<http://www.bvambientebf.uerj.br/arquivos/popups/115792.htm>>. Acesso em: 23 nov. 2022.

\_\_\_\_\_. Decreto 3.020, de 05 junho de 1997. Cria a Área de Proteção Ambiental de São Bento. Duque de Caxias, RJ: CMDC, 1997. Disponível em: <<https://www.cmdc.rj.gov.br/legis/decreto>>. Acesso em: 23 nov. 2022.

\_\_\_\_\_. Lei 2.701, de 20 abril de 2015. Dispõe sobre os limites do Loteamento situado no entorno da Reserva Biológica do Parque Equitativa e dá outras

providências. Duque de caxias, RJ: CMDC, 2015. Disponível em: <<https://www.cmdc.rj.gov.br/?p=5469>>. Acesso em: 23 nov. 2022.

\_\_\_\_\_. Lei Municipal nº 2.917, de 22 de novembro de 2018. Dispõe sobre a delimitação do Parque Natural Municipal da Caixa D'Água. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rj/d/duque-de-caxias/lei-ordinaria/2018/292/2917/lei-ordinaria-n-2917-2018-dispoe-sobre-a-delimitacao-do-parque-natural-municipal-da-caixa-d-agua>> Acesso em: 23 nov. 2022.

ENGEL, Guido Irineu. Pesquisa-ação. Curitiba: Editora da UFPR, 2000. Disponível em: <[educar12.chp:Corel VENTURA \(ufpr.br\)](educar12.chp:Corel VENTURA (ufpr.br))> Acesso em: 23 nov. 2022.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1989.

\_\_\_\_\_. Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. IBGE, 2022. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>> Acesso em: 23 nov. 2022.

NIMA. Educação ambiental: formação de valores ético-ambientais para o exercício da cidadania no Município de Duque de Caxias. Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente (2010). Disponível em: <[http://www.nima.puc-rio.br/media/livro\\_educacao\\_ambiental\\_duque\\_de\\_caxias.pdf](http://www.nima.puc-rio.br/media/livro_educacao_ambiental_duque_de_caxias.pdf)> Acesso em: 23 nov. 2022.

RIO DE JANEIRO (Estado). Boletim de Qualidade das Águas da Região Hidrográfica V - Baía de Guanabara Bacia da Baía de Guanabara. Instituto Estadual do Ambiente – INEA, 2019. Disponível em: <<http://www.inea.rj.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/Dados-Brutos-1%C2%BA- semestre-2019-RH-V-BBG.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2022.

\_\_\_\_\_. Programa de Fortalecimento da Governança e da Gestão da Baía de Guanabara. Secretaria de Estado do Ambiente - SEA/ UEPSAM (2016). Disponível em: <<https://docplayer.com.br/53357646-P02-diagnostico-do-estado-da-baia-de-guanabara.html>>. Acesso em: 23 nov. 2022.

TCE/RJ. Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro (Duque de Caxias). Rio de Janeiro: TCE/RJ, 2017. Disponível em: <[file:///C:/Users/user/Desktop/Estudo %20Socioeconômico%202017%20-%20Duque%20de%20Caxias.pdf](file:///C:/Users/user/Desktop/Estudo%20Socioeconômico%202017%20-%20Duque%20de%20Caxias.pdf)>. Acesso em: 23 nov. 2022.

Achselrad H, Herculano S, Pádua JA. A justiça ambiental e a dinâmica das lutas socioambientais no Brasil – uma introdução. In: Achselrad H, Herculano S, Pádua JA, organizadores. Justiça ambiental e cidadania. Rio de Janeiro: Editora Relume-Dumará; 2004.

SATO, Michèl. Educação para o ambiente amazônico, São Carlos, tese de doutorado, PPGERN/UFSCar, 1997.

LUSTOSA, José. **Cidade de Duque de Caxias**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

NASCIMENTO, Alexandre do. Carlos Rodrigues. **Do direito à universalização de direitos: o movimento dos cursos pré-vestibulares populares e as políticas de ação afirmativa**. Rio de Janeiro: Litteris Ed., 2012.

OLIVEIRA, Marcia Cristina de; TREZZA, Marcia; OLIVEIRA, Wellington de (Orgs). **O Projeto Político-Pedagógico participativo: experiências do MOVA-Brasil**. São Paulo: Instituto Paulo Freire; Rio de Janeiro: Petrobras/FUP, 2011.

PADILHA, Paulo Roberto. O círculo de cultura na perspectiva do currículo intertranscultural. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2010.

SEEDUC-RJ, Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro. **Currículo Mínimo**. Rio de Janeiro: SEEDUC-RJ, 2012.

SILVA, Bruno Izaías da. **Tratado de Versalhes**. Vale do Sapucaí, Minas Gerais: INFOESCOLA, 2008. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/historia/tratado-de-versalhes/>>. Acesso em: 23 de nov. 2022.

SILVEIRA JR, Antônio Manuel da. et al. **Origem e evolução urbana do Bairro Centenário e Município de Duque de Caxias**. Duque de Caxias, Rio de Janeiro: FEUDUC, 1997.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Documento Base Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (VI CONFINTEA)**. Brasília, DF: MEC; Goiânia: Funape/UFG, 2009. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/documento\\_final.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/documento_final.pdf)>. Acesso em 23 nov. 2022

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm)>. Acesso em: 23 nov. 2022.

BRASIL, Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm)>. Acesso em: 23 nov.. 2022.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 2ª ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 2.ed. – São Paulo: Cortez, 1996.

LAZARONI, Dalva. **Esboço histórico de Duque de Caxias**. Rio de Janeiro: As Gráficas, 1978.

LIU, Emiliano Palmada; PINI, Francisca Rodrigues de Oliveira; GÓES, Washington. **Educação Popular**. São Paulo: Instituto Paulo Freire; Rio de Janeiro: Petrobras/FUP, 2011. (Cadernos de Formação).



Ata n° 09/2022

### ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Aos seis dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, às 16 horas e 10 minutos, compareceu à sala *Google Meet* do Campus Niterói do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), o(a) aluno(a) Alessandro Sebastião Velho Mendes, do curso de Especialização em Gestão de Projetos Ambientais, para a defesa de trabalho de conclusão de curso intitulado “Educação Ambiental e Educação Popular: A construção do Projeto Eco-Político-Pedagógico da Classe Popular pré-técnica do bairro Centenário em Duque de Caxias-RJ”. O trabalho orientado pelo(a) professor(a) Etiane Araldi – Presidente, foi avaliado pela banca examinadora composta por Tauan Nunes Maia e Everson Rach Vargas. O(a) presidente da banca fez a abertura e passou a palavra para o(a) aluno(a) que fez uma exposição oral de 20 minutos. Após a exposição, o(a) presidente da banca agradeceu ao(à) aluno(a) e passou a palavra para os(as) demais membros da banca que arguiram o(a) aluno(a) por 60 minutos. Em seguida, o(a) presidente da banca agradeceu pelas contribuições e sugestões, teceu alguns comentários e pediu ao(à) aluno(a) e aos demais presentes que se retirassem para a deliberação da banca examinadora, que emitiu parecer de Aprovado. O(a) presidente deu por encerrada a sessão de defesa às 17 horas e 30 minutos, para constar, foi lavrada a presente Ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os membros da banca examinadora e pelo(a) aluno(a).


**Observações: Destaca-se a forte relação do trabalho com o território onde está inserido e o seu compromisso com o acesso e qualidade da educação pública.**

Assinaturas:

Orientador(a):

Documento assinado digitalmente  
 ETIANE ARALDI  
Data: 15/12/2022 11:31:13 0300  
Verifique em <https://verificador.ifj.br>


Avaliador(a):

Documento assinado digitalmente  
 TAUAN NUNES MAIA  
Data: 15/12/2022 06:24:19 0300  
Verifique em <https://verificador.ifj.br>

Avaliador(a):




Aluno(a):

Documento assinado digitalmente  
 ALESSANDRO SEBASTIAO VELHO MENDES  
Data: 15/12/2022 10:45:34 0300  
Verifique em <https://verificador.ifj.br>

Ciente:

Coordenação do Curso:

Documento assinado digitalmente  
 ANDREA MARIA DA ANUNCIACAO GOMES  
Data: 15/12/2022 12:31:50 0300  
Verifique em <https://verificador.ifj.br>

Data:

Sítio Institucional: [www.ifj.edu.br](http://www.ifj.edu.br)

Estrada Washington Luís nº1596, Pendotiba, Niterói-RJ -CEP:24315-375  
Telefone: 2707-7700/ E-mail: [sa.cnit@ifj.edu.br](mailto:sa.cnit@ifj.edu.br)